

2009

# Relatório do Conselho de Administração



**COOPERALIANÇA**  
Energia para o Desenvolvimento



Cooperativa Aliança  
CNPJ: 83.647.990/0001-81  
Inscr: 251.095.800



## ÍNDICE

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>5</b>	3.5.4	Dados Financeiros .....	17	
<b>CARTA DO PRESIDENTE.....</b>	<b>6</b>	3.5.5	Indicadores de Desempenho .....	18	
<b>1 CONJUNTURA ECONÔMICA .....</b>	<b>7</b>	3.6	Área de concessão.....	18	
1.1	Ambiente macroeconômico.....	7	<b>4 DESEMPENHO COMERCIAL.....</b>	<b>19</b>	
1.2	Ambiente Regulatório.....	7	4.1	Construção de redes .....	19
1.3	Tarifas de Energia.....	8	4.2	Serviços executados – instalações de transformadores .....	20
1.4	Investimento Remunerável .....	8	4.3	Alimentadores.....	21
<b>2 DESEMPENHO OPERACIONAL.....</b>	<b>9</b>	4.4	Loteamentos.....	21	
2.1	Distribuição de energia elétrica.....	9	4.5	Vitorias.....	21
2.2	Ligações de Consumidores.....	9	4.6	Iluminação Pública .....	21
2.3	Comportamento do mercado .....	10	4.7	Plantão 24 horas .....	21
2.4	Distribuição direta por classe de consumo .....	10	4.8	Aferições de medidores.....	21
2.5	Receita .....	11	4.9	Análise de Projetos Elétricos.....	21
2.6	Tarifas .....	12	4.10	Balanço Energético - Janeiro/2009 a Dezembro/2009.....	21
2.7	Qualidade do fornecimento.....	13	4.11	Conclusão.....	22
2.8	Tecnologia da informação.....	13	<b>5 PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES - 2010 .....</b>	<b>23</b>	
2.9	Novos negócios.....	13	5.1	Suprimento de Energia.....	23
2.10	Desempenho econômico-financeiro .....	14	5.1.1	Içara – Centro.....	23
2.11	Investimentos .....	14	5.1.2	Içara – Bairro.....	23
2.12	Captações de recursos .....	14	5.1.3	Içara – Rural.....	23
2.13	Valor adicionado .....	15	5.1.4	Içara – Balneários e Lagoas .....	23
2.14	Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras .....	15	5.1.5	Içara – Linha de Transmissão 69 KV e Subestação 20/26 MVA.....	23
2.15	Composição das quotas do capital social .....	15	5.1.6	Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica .....	24
2.16	Comportamento do preço das quotas .....	15	5.2	Alimentadores: Características Técnicas e Operacionais .....	24
2.17	Atendimento aos associados e consumidores.....	15	5.2.1	Alimentador Iça- 02 .....	24
<b>3 GESTÃO .....</b>	<b>16</b>	5.2.2	Alimentador Iça-03 .....	24	
3.1	Planejamento Empresarial.....	16	5.2.3	Alimentador Iça- 04 .....	24
3.2	Recursos Humanos.....	16	5.2.4	Alimentador Iça- 05 .....	24
3.3	Responsabilidade Social.....	16	5.2.5	Alimentador Iça-07 .....	24
3.4	Responsabilidade Ambiental.....	16	5.2.6	Alimentador JVA- 01 .....	25
3.5	Concessionária em números .....	17	5.3	Planejamento de Obras dos Alimentadores .....	25
3.5.1	Atendimento .....	17	5.4	Planejamento: Redes Baixa Tensão....	25
3.5.2	Mercado .....	17	5.5	Aquisição de Equipamentos.....	25
3.5.3	Dados Operacionais .....	17	5.6	Planejamento e Execução da Linha de Transmissão 69 KV e Subestação 20/26,67 MVA .....	26
			<b>6 AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>27</b>	
			<b>7 AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>28</b>	

<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>29</b>	<b>16 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA</b>	<b>44</b>
<i>Balanco Patrimonial - Ativo.....</i>	<i>29</i>	<b>“PARCELA A” .....</b>	<b>44</b>
<i>Balanco Patrimonial - Passivo.....</i>	<i>30</i>	<b>17 DEPÓSITOS JUDICIAIS .....</b>	<b>45</b>
<i>Demonstração do Resultado.....</i>	<i>31</i>	<b>18 CONTA DE RESULTADO A COMPENSAR –</b>	<b>45</b>
<i>Demonstração do Resultado.....</i>	<i>32</i>	<b>CRC .....</b>	<b>45</b>
<i>Demonstração das Sobras.....</i>	<i>33</i>	<b>19 INVESTIMENTOS.....</b>	<b>45</b>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio</i>		<b>20 IMOBILIZADO.....</b>	<b>45</b>
<i>Líquido.....</i>	<i>34</i>	<b>21 INTANGÍVEL.....</b>	<b>47</b>
<i>Demonstração do Fluxo de</i>		<b>22 DIFERIDO .....</b>	<b>47</b>
<i>Caixa.....</i>	<i>35</i>	<b>23 FORNECEDORES.....</b>	<b>47</b>
<i>Demonstração do Valor Adicionado -</i>		<b>24 FOLHA DE PAGAMENTO .....</b>	<b>47</b>
<i>DVA.....</i>	<i>36</i>	<b>25 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>48</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS .....</b>	<b>37</b>	.....	<b>48</b>
<b>1 CONTEXTO OPERACIONAL .....</b>	<b>37</b>	<b>26 CREDORES DIVERSOS .....</b>	<b>48</b>
<b>2 DA CONCESSÃO.....</b>	<b>37</b>	<b>27 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS .....</b>	<b>48</b>
<b>3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES</b>		<b>28 ENCARGOS DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>48</b>
<b>FINANCEIRAS .....</b>	<b>37</b>	<b>29 OUTRAS CONTAS A PAGAR .....</b>	<b>48</b>
<b>4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>38</b>	<b>30 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS.....</b>	<b>49</b>
<b>5 ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO .....</b>	<b>40</b>	<b>31 PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS.....</b>	<b>49</b>
5.1 <i>Consumidores .....</i>	<i>40</i>	31.1 <i>Fiscais.....</i>	<i>49</i>
5.2 <i>Fornecedores .....</i>	<i>40</i>	31.2 <i>Trabalhistas .....</i>	<i>49</i>
5.3 <i>Baixa renda .....</i>	<i>40</i>	<b>32 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>6 DISPONIBILIDADES.....</b>	<b>41</b>	<b>33 PATRIMONIO LÍQUIDO .....</b>	<b>50</b>
6.1 <i>Numerário em Trânsito .....</i>	<i>41</i>	33.1 <i>Capital social .....</i>	<i>50</i>
<b>7 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO ...</b>	<b>41</b>	33.2 <i>Reservas de capital.....</i>	<i>50</i>
<b>8 CONSUMIDORES .....</b>	<b>41</b>	33.3 <i>Reserva de sobras .....</i>	<i>50</i>
<b>9 RENDAS A RECEBER.....</b>	<b>43</b>	<b>34 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL</b>	<b>51</b>
<b>10 DEVEDORES DIVERSOS.....</b>	<b>43</b>	<b>PRÓPRIO.....</b>	<b>51</b>
<b>11 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A</b>		<b>35 RECEITA OPERACIONAL.....</b>	<b>51</b>
<b>COMPENSAR .....</b>	<b>43</b>	35.1 <i>Fornecimento energia elétrica.....</i>	<i>51</i>
<b>12 ESTOQUE.....</b>	<b>43</b>	35.2 <i>Uso do sistema de distribuição .....</i>	<i>51</i>
<b>13 PROVISÃO PARA DEVEDORES</b>		35.3 <i>Arrendamentos e aluguéis .....</i>	<i>51</i>
<b>DUVIDOSOS .....</b>	<b>44</b>	35.4 <i>Serviço taxado.....</i>	<i>52</i>
<b>14 OUTROS CRÉDITOS .....</b>	<b>44</b>		
<b>15 SERVIÇOS EM CURSO .....</b>	<b>44</b>		

<b>36 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b> .....52	<i>49.2 FATORES DE RISCO</i> ..... 56
36.1 <i>Impostos</i> ..... 52	<i>49.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</i> ..... 56
36.2 <i>Encargos do Consumidor</i> ..... 52	<b>50 EVENTOS SUBSEQUENTES</b> ..... 57
36.3 <i>Devoluções</i> ..... 52	<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b> ..... 58
<b>37 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA</b> .....52	<b>PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b> .....59
<b>38 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO</b> ..... 53	<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b> ..... 60
<b>39 DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....53	<b>BALANÇO SOCIAL – 2009</b> ..... 60
<b>40 RESULTADO FINANCEIRO</b> .....53	<b>ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE</b> ..... 60
<b>41 RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b> .....54	<b>PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE</b> ..... 60
<b>42 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....54	<b>FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO</b> .. 60
<b>43 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b> .....54	<b>PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&amp;D</b> ..... 61
<b>44 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS</b> .....54	<b>PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE</b> .....62
<b>45 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS</b> .....55	<b>DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2009</b> ..... 63
<b>46 SEGUROS</b> .....55	<b>DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2009</b> ..... 64
<b>47 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)</b> .....55	<b>EDITAL DE CONVOCAÇÃO</b> ..... 65
<b>48 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE</b> .....55	<b>ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL</b> ..... 66
<b>49 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS</b> .....55	<b>PARTICIPAÇÕES</b> ..... 69
49.1 <i>CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</i> ..... 55	

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**SENHORES ASSOCIADOS,**

Em cumprimento às determinações legais, e estatutárias, a administração da Cooperativa Aliança submete a apreciação, relatório das principais atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, em conjunto com as demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societárias brasileiras, comparadas ao mesmo período de 2008, acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal e auditores independentes acrescida do balanço social.

Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado - DVA, instrumentos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança à sociedade, associados e consumidores.

Ata da Assembléia Geral Ordinária que aprovou as informações contábeis referente ao exercício de 2009.

## CARTA DO PRESIDENTE

### CENÁRIO

A Cooperativa Aliança atua no mercado cativo de distribuição de energia elétrica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor com padrões de qualidade e eficiência operacional. Faz isso aproveitando seu potencial associativo e acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 46 anos de existência.

O bom desempenho da economia nacional, e a localização privilegiada de nossa área de atuação (em sua parte cortada de norte a sul pela Rodovia Federal BR 101), tiveram um bom reflexo sobre a demanda por energia elétrica advindas do crescimento de consumo e implantação de unidades produtivas em nossa área de concessão, resultando na venda ao mercado consumidor de 143.071 MWH, com crescimento de 2,91% em relação ao exercício de 2008.

O destaque de 2009 foi à classe de consumo Residencial com o incremento de 6,81% comparado a 2008. A classe Comercial obteve crescimento de 5,29%, seguida da classe Rural com 4,09%.

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 1.692 mil que foram aplicadas no atendimento ao crescimento de mercado e na melhoria da confiabilidade operacional do sistema elétrico, envolvendo aquisição de veículos e adequações nas instalações prediais, e de desenvolvimento do quadro profissional.

O reconhecimento do público nas medidas adotadas pela concessionária para melhorar a qualidade de seus serviços, e o relacionamento com os consumidores, pode ser verificado na conquista pela oitava vez consecutiva do prêmio “Destaque Içarense”, de 2009 promovido pelo Jornal Içarense, como melhor Empresa de distribuição de Energia do Município de Içara.

O exercício social ficou marcado pela antecipação da revisão tarifária de fevereiro para agosto de 2009, o que representou a concatenação do reajuste tarifário da Cooperativa Aliança com o da Celesc Distribuição S/A, sua supridora, e o reposicionamento tarifário com efeito médio de (2,25)% aos consumidores do grupo “A” e de (11,98)% ao grupo “B”.

A preservação do meio ambiente é tema de debate durante todo o exercício, entre direção, colaboradores e associados.

A Administração, no intuito de garantir o crescimento e desenvolvimento regional com a ampliação de disponibilidade de carga, dará início, no ano de 2010, na construção da subestação SE Rincão 69 KV na localidade de Sanga Funda, Içara – SC.

Ainda em 2009, recebemos o Certificado de Qualidade ISO-9001. O processo, que estava em andamento há dois anos, certificou dentro das normas internacionais na versão 2000, em um primeiro escopo, a coleta de dados e apuração de indicadores individuais e coletivos estabelecidos na resolução da Aneel 024 de 27 de janeiro de 2000.

O comprometimento social pode ser avaliado pelas atividades apresentadas no balanço social, que demonstra o caráter de empresa cidadã com envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de concessão.

A meta da administração continua: Buscar incessantemente melhores condições sociais e de fornecimento ao grupo de associados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas reduzidas de forma a promover o desenvolvimento.

# 1 CONJUNTURA ECONÔMICA

## 1.1 Ambiente macroeconômico

A economia brasileira no ano de 2009, apesar das expectativas pessimistas geradas pela repercussão da crise mundial, apresentou crescimento, diferenciando-se dos países desenvolvidos que tiveram uma desaceleração em suas economias (crise nos Estados Unidos e União Européia).

No Brasil, com as medidas tomadas pelo governo, tais como a queda de juros, liberação de compulsórios, corte de impostos e outros incentivos financeiros e fiscais, os efeitos da crise mundial foram superados mais rápido que nos países desenvolvidos.

Na área de atuação da concessionária os efeitos conjunturais macroeconômicos apresentaram efeitos expressivos representado pelo insignificante crescimento de consumo que atingiu apenas 2,91% representando o menor índice da última década.

O frágil aquecimento da economia mundial nos mostra a possibilidade de em 2010 a demanda de energia apresentar um tímido crescimento não alcançando projeções de mercado estabelecidas para o período.

Acreditar no crescimento econômico do país é uma necessidade, mas desconsiderar fatores externos é temerário.

## 1.2 Ambiente Regulatório

As principais ocorrências no âmbito regulatório estão citadas a seguir:

**Resolução normativa nº 353 de 17/02/2009, publicada em 02/03/2009 altera a redação da resolução normativa Aneel nº 206 de 22/12/2005:**

“Estabelece as condições para a contratação do suprimento de energia elétrica, pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, com mercado inferior a 500 GWH/ano, conforme disposições do Decreto 5.163 de 30.07.2004”.

**Resolução normativa nº 360, de 14/04/2009:**

“Altera a resolução normativa nº 61, de 29 de abril de 2004, estabelecendo novas disposições relativas ao ressarcimento de danos elétricos em equipamentos elétricos instalados em unidades consumidoras, causados por perturbação ocorrida no sistema elétrico”.

**Resolução normativa nº 363, de 22/04/2009:**

“Estabelece as condições de atendimento por meio de Central de Teleatendimento - CTA das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica”.

**Resolução normativa nº 365, de 19/05/2009:**

“Estabelece as metas de universalização das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS, para o biênio 2009-2010, e altera a resolução normativa nº 175, de 2005”.

**Resolução normativa nº 367, de 02/06/2009:**

“Aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e dá outras providências”.

**Resolução normativa nº 370, de 30/06/2009:**

“Aprova a inclusão de alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica,

instituído pela Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001”.

**Resolução normativa nº 373, de 18/08/2009:**

“Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias e permissionárias de serviço de distribuição de energia elétrica para o tratamento das reclamações dos consumidores, e dá outras providências”.

**Resolução normativa nº 375, de 25/08/2009:**

“Regulamenta a utilização das instalações de distribuição de energia elétrica como meio de transporte para a comunicação digital ou analógica de sinais”.

**Resolução normativa nº 384, de 08/12/2009**

“Estabelece as condições para atendimento com redes de energia elétrica nos parcelamentos de solo para fins urbanos e na regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, bem como para incorporação dos respectivos bens e instalações ao ativo da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição”.

**Resolução normativa nº 395, de 15/12/2009:**

“Aprova a Revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, e dá outras providências”.

### 1.3 Tarifas de Energia

A Cooperaliança, preocupada com o aumento tarifário simulado para a data do Índice de Reajuste Tarifário Anual – IRT (fevereiro de 2009) solicitou concatenação e antecipação da data da revisão tarifária com a da supridora Celesc Distribuição S/A.

Através desta antecipação da revisão tarifária periódica, a concessionária obteve um reposicionamento tarifário com efeito médio de (2,25)% aos consumidores do grupo “A”, e de (11,98)% ao grupo “B”. Estes efeitos foram apresentados na **Resolução Homologatória nº 863 de 11 de agosto de 2009**.

Neste sentido também foi publicada a resolução nº 856 de 04 de agosto de 2009 que trata do seguinte:

“Homologação das tarifas de fornecimento de energia elétrica e das tarifas de uso dos sistemas de distribuição – TUSD, fixação da receita anual das instalações de conexão, homologação das tarifas de suprimentos”.

### 1.4 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS - e almoxarifado de operação. Deduzida às obrigações, vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71) determina que a sociedade não possui fins lucrativos:

*Capítulo II*  
*Das Sociedades Cooperativas.*

*Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.*

Sustentado na lei cooperativista a revisão tarifária, homologada em 11 de agosto de 2009, excluiu da base de remuneração o patrimônio líquido que representa o capital próprio da concessionária.

## 2 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em 04 dos 293 municípios do Estado, atendendo 30.737 consumidores cativos, instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

A meta da administração, substanciada em seu planejamento estratégico, é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo, assim, o lado social do grupo de associados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas módicas e reduzidas. Desta forma, viabilizar a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais.

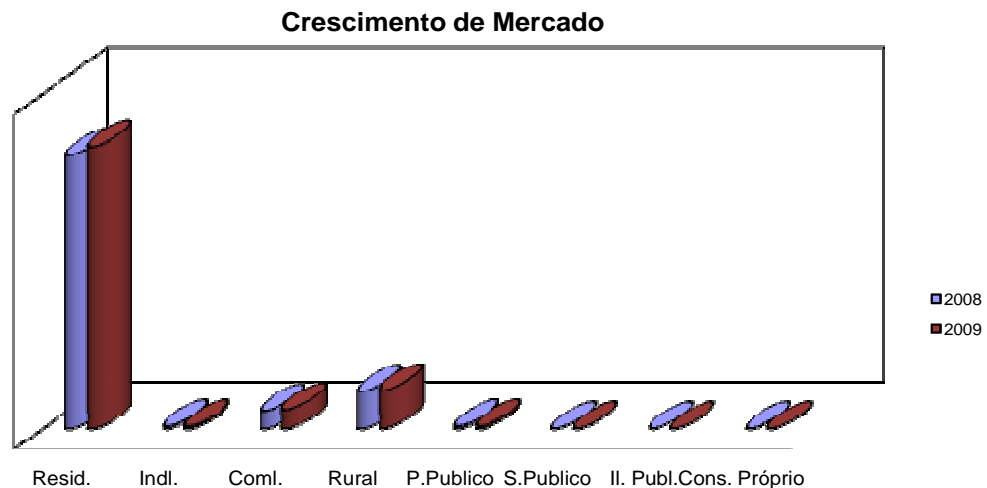
### 2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2009 apresentou um crescimento de 3,17% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2009	2008	%
Residencial	25.245	24.475	3,15
Industrial	189	183	3,28
Comercial	1.683	1.590	5,85
Rural	3.389	3.316	2,20
Poder público	208	207	0,48
Iluminação pública	04	04	00,00
Serviço público	12	10	20,00
Consumo próprio	07	07	00,00
<b>TOTAL</b>	<b>30.737</b>	<b>29.792</b>	<b>3,17</b>

Número de consumidores		
Classe	LIGAÇÕES	DESLIGAMENTOS
	2009	2008
Residencial	1.674	904
Industrial	15	09
Comercial	232	139
Rural	73	0,0
Poder público	06	05
Iluminação pública	0,0	0,0
Serviço público	02	0,0
Consumo próprio	0,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>2.002</b>	<b>1.057</b>

Os desligamentos foram considerados somente os definitivos.



### 2.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, e aponta para uma perspectiva de crescimento de demanda resultante da previsão de crescimento nacional, e possível recuperação da crise econômica mundial, desta forma, promovendo o desenvolvimento social.

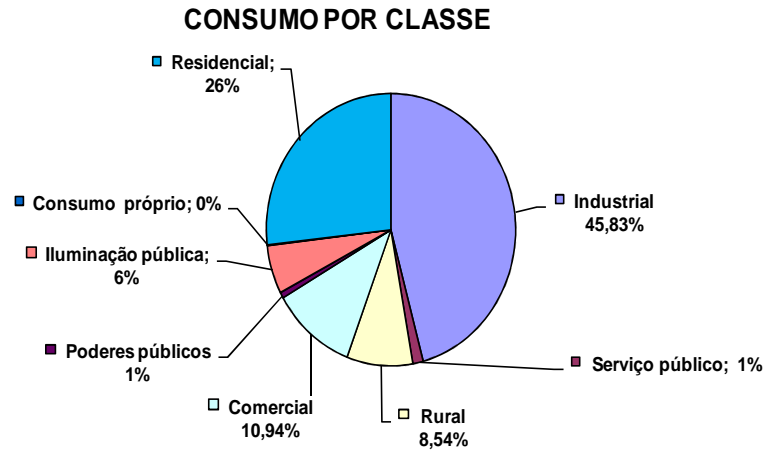
### 2.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, no ano 2009 foi de 143.0712 MWH, registrando um crescimento de 2,91% em relação a 2008.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a classe residencial e comercial. A classe residencial com incremento de 6,81% em relação a 2008. A classe comercial contribuiu com o aumento de 5,29% em relação a 2008, resultante da implantação de novos empreendimentos das mais variadas atividades.

**Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:**

<b>Classe</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>
Residencial	38.323	35.879	6,81
Industrial	65.569	65.485	0,13
Comercial	15.655	14.868	5,29
Rural	12.225	11.745	4,09
Poderes Públicos	986	949	3,90
Serviços Públicos	1.934	2.029	(4,68)
Iluminação Pública	8.263	7.980	3,55
Consumo Próprio	116	97	19,59
<b>TOTAL</b>	<b>143.071</b>	<b>139.032</b>	<b>2,91</b>

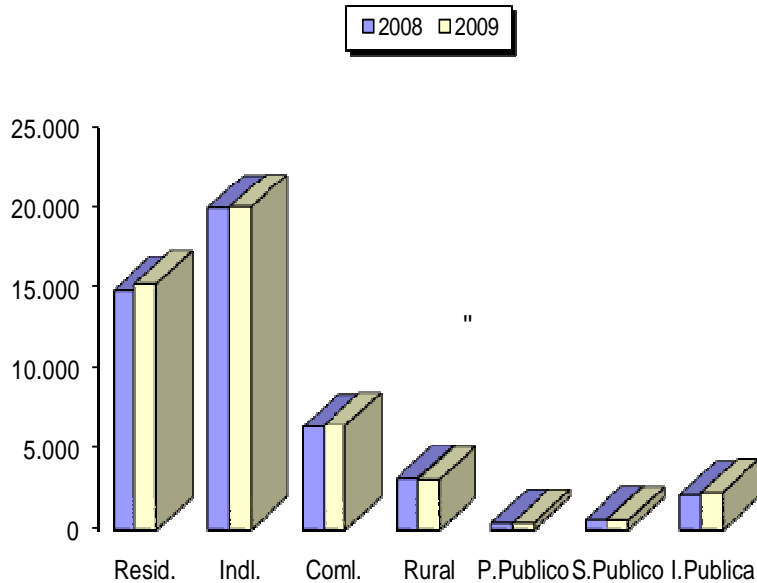


## 2.5 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 37.048 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2009	2008	%
Residencial	15.333	14.937	2,65
Industrial	20.070	20.029	0,20
Comercial	6.490	6.383	1,68
Rural	3.082	3.166	(2,65)
Poderes públicos	423	425	(0,47)
Iluminação pública	2.285	2.149	6,33
Serviço público	582	624	(6,73)
Consumo próprio	-	-	-
Compensação baixa renda	199	1.082	(81,61)
Passivo regulatório Res. 243	1.257	262	379,77
Renda não faturada	643		100
<b>Sub-Total</b>	<b>50.364</b>	<b>49.057</b>	<b>2,66</b>
Serviços	109	114	(4,38)
Arrendamentos e aluguéis	379	300	26,33
Conta de receita da "parcela A" - CVA	438	-	100
<b>Sub-total</b>	<b>51.290</b>	<b>49.471</b>	<b>3,68</b>
ICMS	10.149	9.942	2,08
PIS/COFINS	215	238	(9,66)
Devoluções	561	903	(37,87)
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	3.317	3.037	9,22
<b>TOTAL</b>	<b>37.048</b>	<b>35.351</b>	<b>4,80</b>

## RECEITA LÍQUIDA



### 2.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro, foi de R\$ 275,43 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2009	2008
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	333,41	347,46
Industrial	228,77	228,09
Comercial	310,45	318,90
Rural	210,38	225,06
Poder público	343,16	361,68
Serviço público	225,32	230,50
Iluminação pública	192,50	202,02
Consumo próprio	359,46	375,81
<b>MÉDIA</b>	<b>275,43</b>	<b>286,19</b>

Composição da tarifa	Resid.	Indl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
<b>Impostos</b>	<b>67,29</b>	<b>74,25</b>	<b>103,91</b>	<b>41,86</b>	<b>82,16</b>	<b>64,17</b>	<b>78,64</b>
PIS	0,72	0,02	0,35	0,18	1,06	0,00	0,18
COFINS	3,32	0,10	1,62	0,82	4,91	0,00	0,82
ICMS	63,25	74,13	101,94	40,86	76,19	64,17	77,64
<b>Taxas</b>	<b>23,65</b>	<b>23,65</b>	<b>23,65</b>	<b>23,65</b>	<b>23,65</b>	<b>23,65</b>	<b>23,65</b>
Fiscalização	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47
CCC	7,79	7,79	7,79	7,79	7,79	7,79	7,79
RGR	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38
CDE	9,04	9,04	9,04	9,04	9,04	9,04	9,04

Continua

## Conclusão

PEE/P&D	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97
<b>Total custo/despesas</b>	<b>309,76</b>	<b>205,12</b>	<b>286,80</b>	<b>186,73</b>	<b>319,51</b>	<b>168,85</b>	<b>268,74</b>
Custo da energia comprada	165,88	165,88	165,88	165,88	165,88	165,88	165,88
Despesas de pessoal	35,35	35,35	35,35	17,67	35,35		35,35
Outras despesas operacionais	108,53	3,89	85,57	3,18	118,28	2,97	67,51
<b>Tarifa bruta concessionária. (*)</b>	<b>400,70</b>	<b>303,02</b>	<b>414,36</b>	<b>252,24</b>	<b>425,32</b>	<b>256,67</b>	<b>371,03</b>

(\*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

## 2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

Ano	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	4,02	4,69	5,04	3,74	0,24	0,28
Jaguaruna	6,63	8,71	7,81	5,17	0,42	0,37
Sangão	18,45	9,58	10,51	5,89	0,36	0,45
Ararangua	10,37	6,91	5,72	3,92	0,34	0,36

## 2.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infra-estrutura).

No ano de 2009, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de tecnologia da informação foram:

- Implantação da ISO-9001;
- Nova página da Cooperaliança na WEB;
- Aquisição de servidor de email e internet;
- Instalação de sistema Antivírus;
- Aquisição de um *No-Break* com autonomia para a central de TI, telefonia e tele-atendimento;
- Instalação de gerador de energia;
- Instalação de sistema de gestão Administrativo.
- Instalação de sistema para atender a legislação fiscal.

## 2.9 Novos negócios

No ambiente empresarial e de mercado em que a concessionária opera, é fundamental assegurar qualidade, como o atendimento pleno de novas necessidades dos consumidores.

Para tanto, a concessionária vem adotando a estratégia de, mediante redução de custos, aumentar sua

capacidade de investimento e ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de produtos e serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

A obra de implantação da subestação própria, em tensão de fornecimento de 69 KV para o ano de 2010, é determinante para a manutenção da qualidade e garantia de fornecimento de novas cargas e consumidores

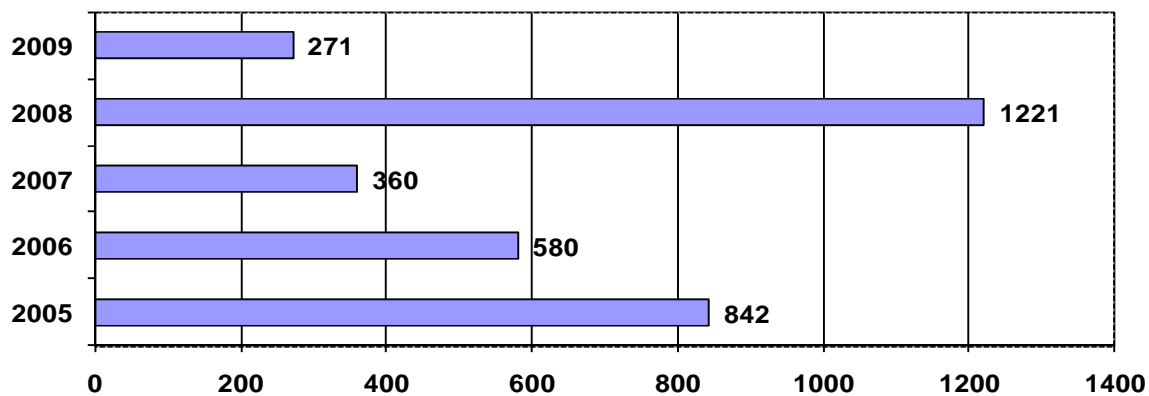
## 2.10 Desempenho econômico-financeiro

Em 2009, a sobra líquida à disposição da Assembléia é de R\$ 271 mil, contra R\$ 1.221 mil em 2008, com diminuição expressiva de (77,80)%, ocorrida pela redução da tarifa de energia e pelo fraco desempenho do consumo de energia no ano de 2009.

O Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição recebe anualmente 50% das sobras líquidas, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a reforma estatutária.

As despesas operacionais totalizaram em 2009 R\$ 11.625 mil, 11,86% maiores em relação à 2008, resultante de aumento de custos operacionais.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo:



## 2.11 Investimentos

Em 2009, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 1.692 mil, 11,17% superiores em relação a 2008, conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2009	2008	%
Obras de Distribuição	1.692	1.522	11,17
<b>TOTAL</b>	<b>1.692</b>	<b>1.522</b>	<b>11,17</b>

## 2.12 Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a concessionária captou um total de R\$ 1.692 mil em recursos oriundos das sobras do exercício e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

## 2.13 Valor adicionado

Em 2009, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 22.187 mil, representando 44,85% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



15

## 2.14 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

## 2.15 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2009 o capital social da concessionária era de R\$1.134 Mil, composto por 1.133.951 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

## 2.16 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2003.

## 2.17 Atendimento aos associados e consumidores

Primando pela filosofia de manter-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a concessionária coloca à disposição o serviço de atendimento, instalado em sua sede social, sito a Rua Ipiranga, 333 – Içara – SC, e na Avenida Leoberto Leal 126, Balneário Rincão, Distrito do município de Içara – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis 24 horas, todos os dias da semana, pelos telefones: 0800-484040 pelo sistema Discagem Direta Gratuita (DDG). Através desse sistema é possível sanar dúvidas sobre faturamento, tarifas, solicitar serviços.

Em sua página na internet ([www.cooperalinca.com.br](http://www.cooperalinca.com.br)) é possível ter acesso às informações de cadastro e consumo, bem como, solicitação de serviços não emergenciais.

## 3 GESTÃO

### 3.1 Planejamento Empresarial

O êxito que a concessionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico, se deve à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da concessionária vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

### 3.2 Recursos Humanos

Em 2009 a concessionária investiu R\$ 185 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Deste modo, visando manter a concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, e oferecer aos mesmos, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico, e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, o quadro de empregados da concessionária não apresentou aumento significativo de colaboradores.

### 3.3 Responsabilidade Social

Cada vez mais, a concessionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está apresentado no balanço social da concessionária.

### 3.4 Responsabilidade Ambiental

A concessionária, ciente de suas limitações vem reforçando seu papel de empresa comprometida com o meio ambiente. Mostra isso através do planejamento da construção de redes de distribuição, sempre evitando a supressão de árvores e florestas, conscientizando colaboradores e associados da necessidade de preservar.

### 3.5 Concessionária em números

#### 3.5.1 Atendimento

	2009	2008	%
Número de consumidores	30.737	29.792	3,17
Número de empregados	108	102	5,88
Número de consumidores por empregado	285	292	(2,40)
Número de postos de atendimento	03	03	00,00

#### 3.5.2 Mercado

	2009	2008	%
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	569,21	569,21	00,00
Demanda máxima (MW)	30,556	29,700	2,88
Distribuição direta (MWH)	143.071	139.032	2,91
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,518	1,465	3,62
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	275,13	286,19	(3,86)
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	333,41	347,46	(4,04)
Industrial	228,77	228,09	(0,30)
Comercial	310,45	318,90	(2,65)
Rural	210,38	225,06	(6,52)
Poder Público	343,16	361,68	(5,12)
Serviços Públicos	225,32	230,50	(2,25)
Iluminação Pública	192,50	202,02	(4,71)
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,02	4,69	(14,29)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	5,04	3,74	34,76

#### 3.5.3 Dados Operacionais

	2009	2008	%
Linhas de distribuição (km)	1.377	1.329	3,61
Capacidade instalada (MVA)	77,50	75,35	2,85

#### 3.5.4 Dados Financeiros

	2009	2008	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	51.290	49.471	3,68
Receita operacional líquida (R\$ mil)	37.048	35.351	4,80
Margem operacional do serviço líquida (%)	3,39	10,23	(66,86)
Sobras líquidas (R\$ mil)	271	1.221	(77,80)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	22.210	21.717	2,27
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	00,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	67,66	58,80	15,07
Em moeda nacional (%)	100	100	00,00



## 4 DESEMPENHO COMERCIAL

### 4.1 Construção de redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
2ª Linha	500	200	550	
Linha Zili	800	350		1.300
Vila Suíça	350			
Balneário Rincão	1.400		4.000	300
Santa Cruz	500		200	
4ª Linha	300	200	950	
Cristo Rei				
Centro	500	250		
Lagoa dos Esteves	200		250	
Pedreiras	600	900	1.000	
Urussanga Velha			750	250
Barracão	700	300	300	
Jardim Silvana	810	460	900	
Esplanada	750	100	950	500
Rio dos Anjos/Poço 08	550		600	300
Poço 03	1.300	350		
Lombas Pedreira	300		500	250
Rio Acima	730	900	550	
Lagoa dos Freitas	1.100	850	250	
Vila São Jose	4.400	4.350	600	
Linha Três Ribeirões	900		1.500	350
Vila Nova	2.320	2.250	400	
Jardim Elizabete			100	
3ª Linha	150	400	400	
Bairro Jaqueline	250		700	600
Espigão			470	
Vila Alvorada	500		300	
Bairro Liri	1.400	1.150	400	100
Boa Vista/Coqueiros	1.400	1.350	1.900	600
Linha Esperança			500	
Raichaski		150	150	
<b>Total</b>	<b>22.940</b>	<b>14.280</b>	<b>19.170</b>	<b>4.550</b>

Município de Araranguá	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
Balneário Barra Velha			800	
<b>Total</b>			800	

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
Balneário Esplanada	400		600	150
Torneiro	660	330		
Arroio da Cruz			200	
Linha Carioca				
<b>Total</b>	<b>1.060</b>	<b>330</b>	<b>800</b>	<b>150</b>

Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Garganta	100	450	350	
Sangão		300		500
Pontão	700		500	300
Orvalho	500		500	
Rio São Cristovão	250		300	
<b>Total</b>	<b>1.550</b>	<b>750</b>	<b>1.650</b>	<b>800</b>

Neste período, tivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 15,36 km de Alta Tensão e 25,55 km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 5,50 km de Alta Tensão e 22,42 km de Baixa Tensão.

20

#### 4.2 Serviços executados – instalações de transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (kVA)
Lombas Pedreiras	3-15	1-15 p/ 3-30
Vila São José	3-75 3-45 3-112,5 3-225 3-45	3-225 P/ 3-300
Liri	3-75 3-30 3-30 3-45	
Linha Três Ribeirões		
Linha Zili	3-30 3-300	3-112,5 p/ 3-300 3-225p/3-300
Centro	3-45	
Boa Vista/Coqueiros	3-75 3-45	3x 1-15 p/ 3-45 3-30 p/ 3-75
Esplanada	3-75 3-112,5 3-75	3-75 p/ 3-112,5 3-15 p/ 3-30
Barracão		1-15 p/ 3-15
4ª Linha	1-10 3-75	
Vila Nova	3-75 3-1500	3-45 p/ 3-75
3ª Linha	3-15	
Santa Cruz		3-30 p/ 3-45
2ª Linha	3-112,5	
Poço 03	3-30	
Jardim Silvana	7-75	
Raichaski	3-75	
Urussanga Velha		1-15 p/ 1-30
<b>Total / Potência</b>	<b>27 transformadores – 3.422,5 KVA</b>	<b>12 transformadores - 510 KVA</b>

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados	Ampliados
Linha Carioca	3-30	
Torneiro	3-45	
Balneário Esplanada	3-45	3-45 p/ 3-75
<b>Total / Potência</b>	<b>3 transformadores - 30 KVA</b>	<b>1 transformados 30 KVA</b>

Município de Sangão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Sangão	3-112,5 3-300	
Orvalho	3-30	
Garganta	3-30	
<b>Total / Potência</b>	<b>4 transformadores - 472,5 KVA</b>	

Neste período foram implantadas 34 novas subestações e ampliadas mais 13, totalizando 47 subestações, aumentando em 4,5 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

### **4.3 Alimentadores**

Realizamos as atividades planejadas que permitiram uma melhor qualidade nos serviços de distribuição de energia elétrica, garantindo o fornecimento de energia a todos os consumidores, melhorando os indicadores de qualidade estabelecidos pela resolução nº 505 de 2001, da Aneel.

### **4.4 Loteamentos**

Obras de ampliação de carga e melhorias no sistema de distribuição, adequações nos circuitos para atendimento as novas normas, atender ao crescimento vegetativo.

### **4.5 Vistorias**

Realizamos vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição, gerenciamento do setor comercial, e a normatização dos padrões de medição de energia elétrica, em atendimento a *resolução nº 456/2000* da Aneel. Nas indústrias, utilização de medição eletrônica onde permite uma melhor análise dos dados dos consumidores, facilitando os estudos das curvas de cargas.

### **4.6 Iluminação Pública**

A Cooperaliança vem prestando todo o tipo de manutenção e ampliação de redes de iluminação pública. Através deste serviço oferece ao associado e consumidor mais segurança.

### **4.7 Plantão 24 horas**

Durante o período, a Central de Operação e Distribuição (COD) atendeu a 2.064 chamadas em diversas localidades com falta de energia elétrica. Também orientou aos consumidores nos procedimentos de instalação elétrica em novas Unidades Consumidoras.

### **4.8 Aferições de medidores**

Neste período, foram aferidos 852 medidores de energia elétrica, referentes a pedidos de aferição e fiscalização nas Unidades Consumidoras, atendo às normas de distribuição de energia elétrica.

### **4.9 Análise de Projetos Elétricos**

Buscando padronização de entrada de energia elétrica, a Cooperaliança exige o projeto elétrico das instalações. A área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia no local onde será instalada a Unidade Consumidora. Orientando os consumidores no que for necessário à segurança e qualidade no fornecimento.

Neste período foram analisados 513 projetos sendo, 479 residenciais, 18 comerciais, 09 industriais e 07 loteamentos.

### **4.10 Balanço Energético - Janeiro/2009 a Dezembro/2009**

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora, a CELESC, um total de 159.907

MWH/ano, e distribuiu aos seus consumidores 143.071 MWH/ano. Tendo uma perda de 12.835 MWH, que representa um percentual de 10,53%.

#### **4.11 Conclusão**

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança apresenta carregamento alto nos seus alimentadores, sinalizando investimentos no setor de distribuição. Para garantir o fornecimento de energia elétrica, executamos manutenções corretivas, preventivas e preditivas nos alimentadores para melhorar a qualidade dos serviços prestados, e para o bem estar das pessoas.

## **5 PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES - 2010**

No sistema de distribuição de energia elétrica, buscamos melhorar a qualidade do fornecimento com novas técnicas de manutenções preventivas e corretivas. Com planejamento de novos circuitos, visamos adequar e melhorar os indicadores de qualidade estabelecidos pelo órgão regulador, garantindo assim o fornecimento de energia, bem como o crescimento do mercado.

### **5.1 Suprimento de Energia**

Atender ao mercado de energia elétrica, bem como, o crescimento do sistema de distribuição dentro da área de concessão. Planejar os contratos de energia com a supridora, verificando os montantes contratados necessário para todo sistema de distribuição dentro dos limites estabelecidos na forma contratual em que atenda a demanda e o consumo de energia elétrica.

23

#### **5.1.1 Içara – Centro**

Verificações dos carregamentos nos circuitos, executando manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Criar pontos de manobras para transferência de cargas entre os circuitos.

#### **5.1.2 Içara – Bairro**

Adequações no sistema de distribuição de energia elétrica com padronizações dos circuitos. Instalações de novos transformadores em atendimento ao crescimento das cargas instaladas.

#### **5.1.3 Içara – Rural**

Concluir o projeto de transferência das redes de distribuição para as margens das estradas. Atender o aumento da demanda no período de safra, onde requer uma energia firme, pois os processos de produção estão automatizados.

#### **5.1.4 Içara – Balneários e Lagoas**

Estudo do carregamento do sistema de distribuição de energia, para transferir cargas entre alimentadores, divisão de circuitos e instalações de novos transformadores.  
Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de distribuição, chaves, transformadores, banco regulador de tensão.

#### **5.1.5 Içara – Linha de Transmissão 69 KV e Subestação 20/26 MVA**

- Conexão elétrica com Subestação Celesc no Bairro Jaqueline.
- Linha de transmissão de 69 KV com 8,4 Km de extensão.
- Subestação de energia de 20/26 MVA.
- Construções de 04 Alimentadores 13,8 KV.

### **5.1.6 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica**

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por seis alimentadores de 13,8 KV, sendo cinco provenientes da subestação de Içara (Iça-02, Iça-03, Iça-04, Iça-05, Iça-07), e o sexto alimentador é oriundo da subestação de Jaguaruna (Jva-01). Com a implantação da nova Subestação Rincão, será feita a transferência de carga dos alimentadores Iça-04 (100%), Iça-05 (100%) e Iça-02 (50%), que atendem às regiões litorâneas. Os novos alimentadores serão denominados Rin-01, Rin-02, Rin-03 e Rin-04.

## **5.2 Alimentadores: Características Técnicas e Operacionais**

### **5.2.1 Alimentador Iça- 02**

Regiões de distribuição: Vila Nova, Esplanada, Balneário Esplanada, Arroio da Cruz, Urussanga Velha, Boa Vista, Coqueiros, Barracão, Quarta Linha.

Extensão: 30 Km, máxima demanda 7,5 MW, carregamento de 80% da capacidade operacional.

Carga principal, rural e residencial, apresenta sazonalidade no período de verão, possibilidade de manobras e transferência de carga com o alimentador Iça 05.

### **5.2.2 Alimentador Iça-03**

Regiões de distribuição: Os bairros Liri, Jaqueline, Elizabete, Esperança, Santa Cruz, Linha Três Ribeirões.

Extensão da rede de distribuição, tronco principal com 5 km, demanda 7,8 MW, carregamento de 80% da capacidade operacional.

Carga principal, Industrial, com possibilidade de transferência de carga entre alimentador Iça- 07.

### **5.2.3 Alimentador Iça- 04**

Região de distribuição Balneário Rincão Norte e centro.

Extensão 15 Km, demanda 7,5 MW, carregamento de 80% da capacidade, carga sazonal de verão.

Carga principal residencial. Possibilidade de transferência de carga com alimentador Iça 05.

### **5.2.4 Alimentador Iça- 05**

Região de distribuição: Balneário Rincão, Lagoas e Barra Velha.

Extensão: 25 Km, demanda 7.2 MW, carregamento em 85% da capacidade.

Carga Sazonal de verão, possibilidade transferência de carga entre alimentadores Iça 02 e Iça 04.

### **5.2.5 Alimentador Iça-07**

Região de distribuição: Centro de Içara, Hospital, Primeira Linha, Segunda Linha, Terceira Linha, Quarta Linha, Ponta do Mato, Distrito Industrial.

Extensão distribuição tronco principal 12 Km, demanda 6,5 MW carregamento em 70% da capacidade.

Carga Industrial e Comercial, possibilidade de manobras com Iça 03 e Iça 05.

### 5.2.6 Alimentador JVA- 01

Região de distribuição: Rural no município de Sangão.

Extensão: 25 Km, demanda 2,0 MW carregamento em 70% da capacidade.

Alimentador com características rurais, não tem possibilidade de transferência de carga.

### 5.3 Planejamento de Obras dos Alimentadores

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total	Justificativa
1	Rin-01	Pedreira a Balneário Rincão extensão de 3,0 km	140	Transferência de carga para nova subestação Rincão com duplicação de rede distribuição
2	Rin-02	Sanga Funda a Pedreira, extensão de 3,3 Km novo alimentador.	235	Novo alimentador e transferência de carga para nova subestação.
3	Rin-03	Sanga funda a Vila Nova, extensão de 2,5 Km	180	Novo alimentador e transferência de carga para subestação Rincão
4	Rin-04	Boa Vista até a Rodovia Jorge Fortulino Trevo de entrada zona sul do Balneário Rincão	115	Novo alimentador para interligação dos alimentadores, transferência de cargas.
5	lça 07	Rodovia SC 444 até ao trevo da Rodovia Lino Zanolli, com extensão de 1,0 Km.	58	Interligação entre alimentadores para transferência de cargas.
<b>Total</b>			<b>728</b>	

25

### 5.4 Planejamento: Redes Baixa Tensão

Obras	Circuitos	Descrição das Obras	Total	Justificativa
1	30	Melhoria na rede de distribuição de energia elétrica	340	Melhoria na qualidade, atendimento ao crescimento vegetativo do sistema elétrico, índices DEC e FEC e atendimento a resolução 505/2001 da Aneel.
<b>Total</b>			<b>340</b>	

### 5.5 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total	Justificativa
30	Transformador	150	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução 505 da Aneel.
01	Regulador de Tensão	48	Banco regulador com 03 unidades
<b>Total</b>		<b>198</b>	

## 5.6 Planejamento e Execução da Linha de Transmissão 69 KV e Subestação 20/26,67 MVA

Obras	Circuitos	Descrição das Obras	conjuntos	Total	Justificativa
1	1	Linha de transmissão 69 KV com extensão de 8,4 Km, conexão na subestação Içara e subestação Rincão no Bairro Sanga Funda.	Içara/Jaguaruna/Ara-rangua.	5.095	Interligação entre subestações, divisão de cargas.
2	Subestação	Subestação rebaixadora Potência 20/26,67 MVA com 04 bays de saída.	Área de concessão.	6.630	Garantia crescimento desenvolvimento regional, com ampliação de disponibilidade de cargas.
<b>Total</b>				<b>11.725</b>	

**TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 12.991 mil**

## 6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma-, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2009, também prestando assessoramento ao Conselho Fiscal em suas reuniões mensais

## 7 AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer outro agradecimento, gostaríamos de mostrar a nossa gratidão aos membros do Conselho de Administração da Cooperaliança, que durante o ano de 2009 se mostraram atuantes em todas as decisões, traçados de metas e na busca pelo melhor, sempre, pelos associados e consumidores da Cooperativa. Os mais de quarenta encontros serviram, com toda certeza, como a fonte do sucesso de todas essas decisões.

Somos uma Cooperativa, e uma cooperativa tem como política a ajuda mútua. Somos gratos porque sabemos que em todas as decisões foram primados o bem estar do associado e consumidor. Isso é cooperativismo. Essa é a nossa energia.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate das questões de maior interesse da Cooperaliança.

Demonstramos o nosso profundo reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, e todos os demais que direta, ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da concessionária.

Içara - SC, 27 de março de 2010.

Pedro Deonízio Gabriel  
Presidente

Severiano Antônio Valentim  
Secretário

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2009	2008
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>13.912</b>	<b>12.302</b>
Numerário disponível	6	233	351
Aplicações no mercado aberto	7	1.858	1.687
Numerário em trânsito	6.1	498	124
Consumidores	8	8.480	8.188
Ativo regulatório	5	1.644	1.496
Rendas a receber	9	116	153
Devedores diversos	10	101	116
Tributos a compensar	11	347	375
Outros Créditos	14	603	618
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	(1.409)	(1.388)
Estoque	12	122	352
Serviço em curso	15	356	230
Conta de compensação da "parcela A"	16	963	-
		<b>23.326</b>	<b>22.186</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>3.743</b>	<b>4.298</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Tributos a compensar	11	169	229
Ativo regulatório	5	2.355	2.991
Consumidores	8	1.166	1.022
Depósitos judiciais	17	53	53
Outros créditos	14	-	3
		<b>215</b>	<b>211</b>
Investimentos	19		
Imobilizado	20	19.326	17.583
Intangível	21	42	94
		<b>37.238</b>	<b>34.488</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>37.238</b>	<b>34.488</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	Legislação Societária	
		2009	2008
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>10.875</b>	<b>7.934</b>
Fornecedores	23	3.925	3.190
Passivo regulatório	5	1.644	1.496
Folha de pagamento	24	53	60
TrIBUTOS e contribuições sociais	25	1.666	585
Credores diversos	26	1.241	1.530
Conta de compensação da "parcela A"	16	487	-
Obrigações estimadas	27	414	251
Encargos do consumidor a recolher	28	214	245
Outras contas a pagas	29	1.231	577
		<b>4.153</b>	<b>4.837</b>
<b>Não Circulante</b>			
Passivo regulatório	5	2.355	2.991
Provisões para contingências	31	1.598	1.641
Participação financeira do consumidor	20	200	205
		<b>22.210</b>	<b>21.717</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	33.1	1.134	1.065
Reservas de capital	33.2	873	873
Reservas de Sobras	33.3	10.396	10.429
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	33.3	48	400
Reserva para geração de energia	33.3	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	33.3	7.969	6.581
Fundo de expansão da sede soial	33.3	371	-
Sobras à disposição da A.G.O	33.3	271	1.221
		<b>37.238</b>	<b>34.488</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2009	2008
<b>Receita Operacional</b>		<b>51.290</b>	<b>49.471</b>
Fornecimento de energia elétrica	35.1	31.195	49.057
Uso do sistema de distribuição	35.2	19.607	0
Arrendamento e aluguéis	35.3	379	300
Serviços	35.4	109	114
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>		<b>(14.242)</b>	<b>(14.120)</b>
ICMS	36.1	(10.149)	(9.942)
PIS-PASEP	36.1	(38)	(42)
COFINS	36.1	(177)	(196)
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	36.2	(3.317)	(3.037)
Devoluções	36.3	(561)	(903)
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>		<b>37.048</b>	<b>35.351</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>		<b>(35.720)</b>	<b>(31.646)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	37	(22.028)	(22.001)
Encargo de uso do sistema de distribuição	38	(2.963)	0
<b>Custo de operação</b>		<b>(10.729)</b>	<b>(9.645)</b>
Pessoal e administradores	39	(5.344)	(4.597)
Material		(1.214)	(1.525)
Serviços de terceiros		(2.734)	(2.133)
Depreciação e amortização		(1.369)	(1.214)
Provisões		(68)	(176)
<b>( = ) Sobra Bruta</b>		<b>1.328</b>	<b>3.705</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>		<b>(896)</b>	<b>(747)</b>
Despesas com vendas		(38)	(13)
Despesas gerais e administrativas		(819)	(704)
Outras despesas operacionais		(39)	(30)
<b>( = ) Resultado do serviço</b>		<b>432</b>	<b>2.958</b>
<b>(+/-) Receita (despesa/financeira)</b>	<b>40</b>	<b>823</b>	<b>659</b>
Receita financeira	40	1.155	1.242
Despesa financeira	40	(332)	(583)
<b>( = ) Resultado operacional</b>		<b>1.255</b>	<b>3.617</b>
( + ) Outras receitas	41	502	721
( - ) Outras despesas	41	(1.092)	(548)
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>		<b>665</b>	<b>3.790</b>
( - ) Contribuição Social		0	(28)
( - ) Imposto de renda		0	(55)
<b>( = ) Sobras do exercício</b>		<b>665</b>	<b>3.707</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
<b>Receita Operacional</b>	<b>45.200</b>	<b>6.090</b>	<b>51.290</b>
Fornecimento de energia elétrica	27.554	3.641	31.195
Uso do sistema de distribuição	17.223	2.384	19.607
Arrendamento e aluguéis	328	51	379
Serviços	95	14	109
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>	<b>(12.361)</b>	<b>(1.881)</b>	<b>(14.242)</b>
ICMS	(8.944)	(1.205)	(10.149)
PIS-PASEP	0	(38)	(38)
COFINS	0	(177)	(177)
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	(2.923)	(394)	(3.317)
Devoluções	(494)	(67)	(561)
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>	<b>32.839</b>	<b>4.209</b>	<b>37.048</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(31.479)</b>	<b>(4.241)</b>	<b>(35.720)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(19.412)	(2.616)	(22.028)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(2.611)	(352)	(2.963)
<b>Custo de operação</b>	<b>(9.456)</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(10.729)</b>
Pessoal e administradores	(4.710)	(634)	(5.344)
Material	(1.070)	(144)	(1.214)
Serviços de terceiros	(2.409)	(325)	(2.734)
Depreciação e amortização	(1.207)	(162)	(1.369)
Provisões	(60)	(8)	(68)
<b>( = ) Sobra Bruta</b>	<b>1.360</b>	<b>(32)</b>	<b>1.328</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>	<b>(790)</b>	<b>(106)</b>	<b>(896)</b>
Despesas com vendas	(34)	(4)	(38)
Despesas gerais e administrativas	(722)	(97)	(819)
Outras despesas operacionais	(34)	(5)	(39)
<b>( = ) Resultado do serviço</b>	<b>570</b>	<b>(138)</b>	<b>432</b>
<b>(+/-) Receita (despesa/financeira)</b>	<b>725</b>	<b>98</b>	<b>823</b>
Receita financeira	1.018	137	1.155
Despesa financeira	(293)	(39)	(332)
<b>( = ) Resultado operacional</b>	<b>1.295</b>	<b>(40)</b>	<b>1.255</b>
( + ) Outras receitas	442	60	502
( - ) Outras despesas	(962)	(130)	(1.092)
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>	<b>775</b>	<b>(110)</b>	<b>665</b>
( - ) Contribuição Social	0	0	0
( - ) Imposto de renda	0	0	0
<b>( = ) Sobras do exercício</b>	<b>775</b>	<b>(110)</b>	<b>665</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS

#### COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração da Composição das Sobras à Disposição da A.G.O de 2009 e 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2009	2008
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>665</b>	<b>3.707</b>
<b>RECURSOS COM ASSOCIADOS</b>	<b>775</b>	<b>3.487</b>
Sobra líquida do exercício	775	3.487
<b>RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS</b>	<b>(110)</b>	<b>220</b>
Sobra líquida do exercício	(110)	220
<b>( - ) DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS</b>	<b>(394)</b>	<b>(2.486)</b>
FATES (Atividade com associados)	(39)	(174)
FATES (Atividades com não associados)	0	(219)
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	(388)	(1.744)
Fundo de reserva	(77)	(349)
( + ) Fundo de reserva (reversão)	110	0
<b>( = ) SALDO À DISPOSIÇÃO DA A.G.O</b>	<b>271</b>	<b>1.221</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
 CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de Lucro				Fundo de exp. Da sede social	Saldo á disposição da A.G.O	Total
			Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>976</b>	<b>873</b>	<b>9.720</b>	<b>1.148</b>	<b>104</b>	<b>4.837</b>	<b>0</b>	<b>360</b>	<b>18.018</b>
<b>Capital Social</b>									<b>0</b>
Integralização de quotas	106								106
Capital a integralizar	(17)								(17)
<b>Realização de reservas e fundos</b>					(98)				<b>(98)</b>
<b>Aumento de reservas</b>			360					(360)	<b>0</b>
<b>Resultado do exercício (Associados)</b>								1.221	<b>1.221</b>
<b>Resultado do exercício (Não associados)</b>					219				<b>219</b>
<b>Destinações estatutárias</b>									<b>0</b>
Fundo de reserva			349						349
FATES					175				175
Fundo exp e manut Sist distr.						1.744			1.744
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>1.065</b>	<b>873</b>	<b>10.429</b>	<b>1.148</b>	<b>400</b>	<b>6.581</b>	<b>0</b>	<b>1.221</b>	<b>21.717</b>
<b>Capital Social</b>									<b>0</b>
Integralização de quotas	64								64
Capital a integralizar	5								5
<b>Realização de reservas e fundos</b>					(391)		150		<b>(241)</b>
<b>Aumento de reservas</b>						1.000	221	(1.221)	<b>0</b>
<b>Resultado do exercício (Associados)</b>								271	<b>271</b>
<b>Resultado do exercício (Não associados)</b>			(110)						<b>(110)</b>
<b>Destinações estatutárias</b>									<b>0</b>
Fundo de reserva			77						77
FATES					39				39
Fundo exp e manut Sist de distr.						388			388
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.134</b>	<b>873</b>	<b>10.396</b>	<b>1.148</b>	<b>48</b>	<b>7.969</b>	<b>371</b>	<b>271</b>	<b>22.210</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>775</b>	<b>3.707</b>
<b>Ajustes ao Lucro/sobra líquida</b>	<b>0</b>	<b>173</b>
Resultado não operacional	0	173
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>	<b>1.437</b>	<b>1.390</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	68	176
Depreciação e amortização	1.369	1.214
<b>Resultado ajustado do exercício</b>	<b>2.212</b>	<b>5.270</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>(649)</b>	<b>1.731</b>
Consumidores	(436)	849
Ativo regulatório	488	(318)
Rendas a receber	37	(42)
Tributos a compensar	88	160
Devedores diversos	15	(21)
Outros créditos	18	758
Estoques	230	(194)
Serviço em curso	(126)	539
Conta de compensação parcela A	(963)	0
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>2.257</b>	<b>(2.173)</b>
Fornecedores	735	15
Passivo regulatório	(488)	(724)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(7)	12
Tributos e contribuição sociais	1.081	(346)
Credores diversos	(289)	(929)
Conta de compensação parcela A	487	0
Obrigações estimadas	163	(53)
Encargos do consumidor a recolher	(31)	36
Outras contas a pagar	654	(42)
Provisão para contingências	(43)	(147)
Participação financeira do consumidor	(5)	5
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>3.820</b>	<b>4.828</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aumento nos investimentos	(4)	0
Aplicações no imobilizado	(3.112)	(2.908)
Aplicações no intangível	52	1
<b>Total das atividades de investimento</b>	<b>(3.064)</b>	<b>(2.907)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital pelos sócios	64	85
Reservas sobras (FATES)	(393)	(97)
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>(329)</b>	<b>(12)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>427</b>	<b>1.909</b>
Saldo inicial de disponibilidades	2.162	253
Saldo final de disponibilidades	2.589	2.162
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>427</b>	<b>1.909</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de  
2009 e 2008**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2009	2008
<b>Receitas</b>	<b>50.071</b>	<b>48.566</b>
Venda de energia e serviços	31.195	49.057
Uso do sistema de distribuição	19.607	0
Locação de postes	379	300
Outras receitas	109	114
Resultado não operacional	(590)	173
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(68)	(175)
Devoluções	(561)	(903)
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>29.835</b>	<b>26.407</b>
Insumos consumidos	24.991	22.001
Serviços de terceiros	2.734	2.133
Materiais	1.214	1.525
Outras receitas	896	748
<b>( = ) Valor adicionado bruto</b>	<b>20.236</b>	<b>22.159</b>
<b>( - ) Quotas de reintegração</b>	<b>1.369</b>	<b>1.214</b>
Depreciação, amortização e exaustão	1.369	1.214
<b>( = ) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>18.867</b>	<b>20.945</b>
<b>( + ) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.155</b>	<b>1.242</b>
Receitas financeiras	1.155	1.242
<b>( = ) Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>20.022</b>	<b>22.187</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>20.022</b>	<b>22.187</b>
<b>Pessoal</b>	<b>4.589</b>	<b>3.931</b>
Remuneração direta	3.497	3.070
Auxílio alimentação	321	242
Assistência médica/plano de saúde	196	160
Encargos sociais exceto INSS	460	409
Outros	115	50
<b>Governo</b>	<b>14.436</b>	<b>13.966</b>
<b>Federal</b>	<b>4.287</b>	<b>4.024</b>
INSS (folha de pagamento)	755	666
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	83
PIS/COFINS	215	238
Encargos do consumidor	3.317	3.037
<b>Estadual</b>	<b>10.149</b>	<b>9.942</b>
ICMS	10.149	9.942
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>332</b>	<b>583</b>
Outras despesas financeiras	332	583
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>665</b>	<b>3.707</b>
Sobra do exercício	665	3.707
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>185</b>	<b>218</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS

**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 2008.**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de capital aberto, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, que tem por objetivo a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL -, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

37

### 2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa detém concessão, através do contrato nº 145/2002 firmado com o poder concedente por prazo determinado de 20 anos, válida até o dia 07 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 30.737 consumidores. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

### 3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade aos conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e nº 5.764/71 e medida provisória nº 449/08 Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL -, e orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM) e disposições contidas no estatuto social.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08. Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos a Lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), relacionada a preparações e divulgação das demonstrações financeiras. Em 03 de dezembro de 2008, a medida provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida Lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências. Em conformidade com a deliberação CVM nº 565/08 que aprovou o pronunciamento técnico CPC13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08, a sociedade optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na deliberação CVM nº 506/06.

As demonstrações financeiras, apresentadas para o exercício de 2008 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

A cooperativa procedeu às seguintes mudanças nas suas demonstrações contábeis para o encerramento do exercício de 2009.

- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização do rateio da administração central para ordens em curso;
- Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- Contabilização da receita do uso do sistema de distribuição;
- Contabilização da despesa do uso do sistema de distribuição;
- Contabilização da depreciação referente às contas de obrigação especiais;
- Contabilização das despesas pagas antecipadamente (CVA);

A Cooperativa Aliança apresenta no encerramento do exercício de 2009 as demonstrações contábeis com  
**Cooperaliança – Cooperativa Aliança “Energia para o Desenvolvimento”**

valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 444 de 26 de outubro de 2001.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas, em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no despacho nº 4.722/2009 de 18/12/2009 da SFF/ANEEL.

## 4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Disponibilidades

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

38

### b) Consumidores

Compreende o fornecimento de energia faturada a consumidores finais e saldos relacionados a ativos regulatórios até 31 de dezembro de 2009, contabilizado com base no regime de competência.

### c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída sobre valores a receber de associados e consumidores:  
Classe residencial vencidos a mais de 90 dias;  
Classe comercial vencidos a mais de 180 dias;  
Demais classes inclusive poderes públicos vencidos a mais de 360 dias.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

### d) Estoques (inclusive ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

### e) Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método do custo de aquisição. Os outros investimentos também estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda por entendermos não aplicável.

### f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, não incluindo juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Apresentam-se corrigidos na forma da Lei e deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nºs 815, de 30 de novembro de 1994, taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

### **g) Inatingível**

Direitos sobre incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição sem a constituição de provisão para perda.

### **h) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### **i) Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

### **j) Estimativas**

A cooperativa revisa as estimativas anualmente quando da preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração se baseie em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

### **l) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Observou as disposições previstas no artigo 15 da medida provisória nº 449/08, que institui o regime tributário de apuração do lucro real, e não tributou as operações com associados isentas na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

### **m) Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

### **n) Provisão para contingências**

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

### **o) Resultado**

As receitas e despesas são conhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. Existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e

despesas.

**p) Sobra líquida**

A sobra ou perda a que ocorrer será submetida à apreciação dos associados que em Assembléia Geral deliberarão sobre sua utilização obedecendo ao disposto na Lei 5.764/71 e estatuto social.

## 5 ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO

Os efeitos econômicos e financeiros produzidos pela alteração de cálculo da TE e da TUSD da CELESC, para a Cooperaliança sobre as tarifas da revisão de 2006, decorrentes da resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, resultaram no valor de R\$ 4.861.106,92 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil, cento e seis reais e noventa e dois centavos).

Visando a modicidade tarifária, ocorreu o deferimento do passivo total em cinco parcelas anuais de R\$ 972.221,38 (novecentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte um reais e trinta e oito centavos), sendo sua primeira parcela no reajuste de 2007, conforme estabelecido no Artigo 2º da resolução homologatória nº 428 de 06 de fevereiro de 2007, atualizados pelo IGP-M, que no exercício de 2007, foi cobrado o montante de R\$ 972.221,38 (novecentos e setenta e dois mil duzentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos). Em 2008 de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009 R\$ 1.053.724,42 (um milhão cinquenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavo).

De fevereiro a julho de 2009 R\$ 526.862,21 (quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e hum centavos).

Saldo foi submetido ao processo de revisão tarifaria em 14/08/2009, no qual a cobrança deste valor foi suspensa até que a ANEEL possa fazer uma melhor análise desta.

### 5.1 Consumidores

Ativo	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	1.644	2.355	3.999	1.496	2.991	4.487
<b>Total</b>	<b>1.644</b>	<b>2.355</b>	<b>3.999</b>	<b>1.496</b>	<b>2.991</b>	<b>4.487</b>

### 5.2 Fornecedores

Passivo	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	1.644	2.355	3.999	1.496	2.991	4.487
<b>Total</b>	<b>1.644</b>	<b>2.355</b>	<b>3.999</b>	<b>1.496</b>	<b>2.991</b>	<b>4.487</b>

### 5.3 Baixa renda

	<b>2009</b>
Ganho de receita contabilizado a compensar	1.323
(-) Dezembro 2009 já compensado	(551)
<b>TOTAL A COMPENSAR (*)</b>	<b>772</b>

Este montante foi apropriado a débito de Receitas “receitas de operações com energia elétrica” “Fornecimento” “Residencial”, e a crédito na conta de “credores diversos”, “consumidores”, “ganho de receita baixa renda”,

## 6 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário Disponível	2009	2008
Caixa	72	4
Bancos	161	347
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>	<b>351</b>

41

### 6.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2009	2008
Numerário	498	124
<b>TOTAL</b>	<b>498</b>	<b>124</b>

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos já baixados e que ainda não foram repassados pelo agente arrecadador.

## 7 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2009	2008
Banco do Brasil S/A	Fundos	36 meses	CDB a.m	680	627
Bradesco S/A	Debêntures	36 meses	CDI a.m	1.140	1.050
C. E. Federal	Poupança	30 dias	0,56 am	11	3
Banco Itaú S/A	Fundos	36 meses	CDB a.m	9	0,00
Unibanco S/A	Fundos	36 meses	CDB a.m	12	0,00
Banco Santander	Aplicação	30 dias	CDI a.m	6	7
<b>TOTAL</b>				<b>1.858</b>	<b>1.687</b>

## 8 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2009	2008
Faturados	30.737	29.792
<b>TOTAL</b>	<b>30.737</b>	<b>29.792</b>

### a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2009	2008	2009	2008
Residencial	1.217	422	212	1.851	350	348	1.501	1.534
Industrial	1.663	406	781	2.850	826	771	2.024	2.299
Comercial	594	146	107	847	137	138	710	705
Rural	406	216	65	687	65	61	622	777
Poder público	35	1	5	41	5	70	36	143
Iluminação pública	173	326	43	542	26	-	516	215
Serviço público	49	-	-	49	-	-	49	116
Renda não faturada	643	-	-	643	-	-	643	-
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>4.780</b>	<b>1.517</b>	<b>1.213</b>	<b>7.510</b>	<b>1.409</b>	<b>1.388</b>	<b>6.101</b>	<b>5.789</b>
Serviço taxado	16	10	8	34	-	-	34	30
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	555	174	195	924	-	-	924	969
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>5.351</b>	<b>1.701</b>	<b>1.428</b>	<b>8.480</b>	<b>1.409</b>	<b>1.388</b>	<b>7.071</b>	<b>6.800</b>
Parcelamentos	1.166	-	-	1.166	-	-	1.166	1.022
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.166</b>	<b>1.166</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

### b) Consumidores de baixa renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 estabeleceu diretrizes para o enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 KWH, tendo o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação do benefício, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWH.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou o benefício Baixa Renda, através das resoluções normativas nº 246 de 30/04/2002 e nº 485 de 29/08/2002, observando-se que a base regional no estado de Santa Catarina é 160 kWh determinado o benefício de nossos consumidores entre 80 e 160 KWH.

O enquadramento fundamentado na nova metodologia de classificação para consumidores Baixa Renda resultou em ganhos de receita a concessionária que passou a contabilizá-los discriminadamente.

A concessionária solicitou através do Ofício nº. 99/2008, a antecipação da Revisão Tarifaria Periódica que foi homologada através do despacho nº 479 de 05 de fevereiro de 2009, com data prevista para 14 de agosto de 2009, quando foi compensado o passivo resultante do ganho de receita residencial baixa renda contabilizada até o mês de Julho de 2009 e a nova receita de referencia não contemplará mais estes ganhos.

## 9 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2009	2008
<b>Outras Rendas</b>		
Multas p/ atraso	59	70
Tarifa de Correio	6	6
Acréscimo Moratório	51	77
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>153</b>

## 10 DEVEDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2009	2008
Empregados	81	80
Outros	20	36
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>	<b>116</b>

## 11 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

### Circulante

	Legislação societária	
	2009	2008
ICMS	197	274
Contribuição Social	39	25
IRRF	28	7
IRPJ	83	69
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>375</b>

### Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação societária	
	2009	2008
ICMS	169	229
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>	<b>229</b>

## 12 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2009	2008
Almoxarifado em serviço	65	215
Adiantamento a fornecedores	57	137
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>352</b>

### 13 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação societária	
	2009	2008
Provisão para devedores duvidosos	1.409	1.388
<b>TOTAL</b>	<b>1.409</b>	<b>1.388</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução ANEEL nº. 444, de 26/10/2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;  
 Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e  
 Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

### 14 OUTROS CRÉDITOS

#### a) Circulante

	Legislação Societária	
	2009	2008
Serviços prestados a terceiros	355	322
Convênios de arrecadação	-	29
Outros	248	267
<b>TOTAL</b>	<b>603</b>	<b>618</b>

#### b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2009	2008
Duplicatas a receber	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

### 15 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2009	2008
<b>Serviços prestados a terceiros</b>		
Serviços prestados a terceiros	356	230
<b>TOTAL</b>	<b>356</b>	<b>230</b>

### 16 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA “PARCELA A”

	Legislação Societária	
	2009	2008
<b>Pagamentos Antecipados - Ativo</b>		
CVA - CCC	383	-
CVA - CDE	106	-
CVA - PROINFA	123	-
CVA – Compra de energia	351	-
<b>TOTAL</b>	<b>963</b>	<b>-</b>

Compensação de Variação - Passivo	Legislação Societária	
	2009	2008
CVA - CC	373	-
CVA - PROINFA	-	-
CVA – Compra de energia	114	-
<b>TOTAL</b>	<b>487</b>	<b>-</b>

## 17 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2009	2008
Trabalhistas	53	53
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>53</b>

45

## 18 CONTA DE RESULTADO A COMPENSAR – CRC

A Cooperativa Aliança – Cooperaliança-, não efetuou operações com a conta de resultado a compensar nos exercícios de 2009 e 2008.

## 19 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2009	2008
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	4	
Terreno Associação	18	18
Terrenos não operacionais	158	158
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>211</b>

## 20 IMOBILIZADO

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2009	2008
			Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
<b>Distribuição</b>	<b>23.456</b>	<b>8.162</b>	<b>15.294</b>	<b>13.923</b>
Máquinas e equipamentos	22.198	7.389	14.809	13.459
Veículos	1.218	758	460	445
Móveis e utensílios	40	15	25	19
<b>Comercialização</b>	<b>3.166</b>	<b>757</b>	<b>2.409</b>	<b>2.197</b>
Terrenos	-	-	-	38
Edificações	226	40	186	195
Máquinas e equipamentos	2.900	709	2.191	1.931
Móveis e utensílios	40	8	32	33
<b>Administração</b>	<b>982</b>	<b>359</b>	<b>623</b>	<b>545</b>
Terrenos	53	-	53	14
Edificações	563	196	367	389
Máquinas e equipamentos	215	84	131	72
Veículos	72	18	54	46

Continua

### Conclusão

Móveis e utensílios	79	61	18	24
Em curso	<b>1.000</b>		<b>1.000</b>	<b>918</b>
Distribuição	954		954	893
Comercialização	46		46	25
Administração	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>28.604</b>	<b>9.278</b>	<b>19.326</b>	<b>17.583</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria ANEEL nº 815 de 30/11/1994 e resolução ANEEL nº 44 de 1.999, são as seguintes:

46

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Distribuição</b>	
Banco de capacitores (sistema de distribuição)	6,7
Chave de distribuição	6,7
Condutor do sistema de distribuição	5,0
Equipamento geral	10,0
Estrutura do sistema	5,0
Medidor	4,0
Regulador de tensão	4,8
Religador	4,3
Transformador	5,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Comercialização</b>	
Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos	10,0
Móveis e utensílios	10,0
	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Administração</b>	
Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos	10,0
Veículos	20,0
Móveis e utensílios	10,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2009	2008
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	205	5	200	205
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>5</b>	<b>200</b>	<b>205</b>

47

## 21 INTANGÍVEL

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2009	2008
			Valor Líquido	Valor Líquido
Licença Software	142	100	42	94
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>94</b>

## 22 DIFERIDO

A Cooperativa Aliança - Cooperaliança não operou em nenhum projeto para que houvesse deferimento em seu imobilizado.

## 23 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2009	2008
Energia elétrica	3.054	2.619
Materiais e serviços	871	571
<b>TOTAL</b>	<b>3.925</b>	<b>3.190</b>

## 24 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2009	2008
Diretores	-	-
Empregados	-	9
Contribuição social	27	24
Pensões Judiciais descontadas	3	1
Sindicato	1	1
IRRF	22	25
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>60</b>

## 25 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2009	2008
Impostos	1.551	472
Contribuição	115	113
<b>TOTAL</b>	<b>1.666</b>	<b>585</b>

## 26 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2009	2008
Consumidores	872	1.029
Empregados	12	8
Outros créditos	357	493
<b>TOTAL</b>	<b>1.241</b>	<b>1.530</b>

48

## 27 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2009	2008
Tributos e contribuições sociais	114	68
Folha de pagamento	300	183
<b>TOTAL</b>	<b>414</b>	<b>251</b>

## 28 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2009	2008
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	108	87
Quota de reserva global de reversão – RGR	30	27
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	27	131
Proinfa	49	0
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>245</b>

## 29 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2009	2008
Encargos tarifários	48	48
P&D	271	252
PEE	638	221
Outras	274	56
<b>TOTAL</b>	<b>1.231</b>	<b>577</b>

### 30 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando conseqüente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

### 31 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

49

Contingência	Valor da Provisão		2009	Valor da Provisão		2008
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins		1.064			1.064	
Pis		231			231	
<b>Subtotal</b>		<b>1.295</b>			<b>1.295</b>	
Trabalhistas		100			100	
Multa Fiscal.	(19)	203		(147)	246	
<b>TOTAL</b>	<b>(19)</b>	<b>1.598</b>		<b>(147)</b>	<b>1.641</b>	

#### 31.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

#### 31.2 Trabalhistas

No Exercício de 2006, foram provisionados valores, referente a ações trabalhistas que continuam tramitando no judiciário.

### 32 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2009, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

Descrição dos fundos	Percentual %	Valor
Fundo de reserva legal	10%	77
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	5%	39
Fundo de exp. manutenção do sistema de distribuição	50%	388
Resultado com não associado destinado ao FATES	100%	-
<b>TOTAL</b>		<b>504</b>

### 33 PATRIMONIO LÍQUIDO

#### 33.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.134, é constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, varia de acordo com o número de quotas subscritas, mas nunca poderá ser inferior a 10.000,00 (dez mil) Unidade Fiscal de Referência (UFIR) do Governo Federal, ou outro indexador que a venha substituir”.

	Legislação societária	
	2009	2008
Capital Subscrito	1.191	1.127
( - ) Capital a Integralizar	(57)	(62)
<b>TOTAL</b>	<b>1.134</b>	<b>1.065</b>

50

#### 33.2 Reservas de capital

	Legislação societária	
	2009	2008
Correção monetária complementar	873	873
	<b>873</b>	<b>873</b>

#### 33.3 Reserva de sobras

	Legislação societária	
	2009	2008
Reserva legal	10.396	10.429
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	48	400
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	7.969	6.581
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	-
Sobras à disposição da A.G.O	271	1.221
<b>TOTAL</b>	<b>20.203</b>	<b>19.780</b>

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício. (instituído em 11/11/2003 com a reforma estatutária)

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembléia Geral. Nos últimos 10 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – A sobra líquida da Cooperativa apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos**

serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”

### 34 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício não foram computados dividendos nem juros sobre o capital próprio que financiou obras em andamentos inclusive no imobilizado em curso

### 35 RECEITA OPERACIONAL

#### 35.1 Fornecimento energia elétrica

51

	Nº de consumidores		MWH		Legislação societária	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Consumidores</b>						
Residencial	25.245	24.475	38.323	35.879	9.200	14.938
Industrial	189	183	65.569	65.485	12.042	20.029
Comercial	1.683	1590	15.655	14.869	3.894	6.383
Rural	3.389	3.316	12.225	11.745	1.849	3.166
Poder público	208	207	986	949	254	425
Iluminação pública	04	4	8.263	7.979	1.371	2.149
Serviço público	12	10	1.934	2.029	349	624
Consumo próprio	7	7	116	97	-	-
Receitas passivo regulatório	-	-	-	-	1.257	262
Subsidio baixa renda	-	-	-	-	155	1.081
Renda não faturada	-	-	-	-	386	-
Conta de receita da “parcela A” – CVA	-	-	-	-	438	-
<b>TOTAL</b>	<b>30.737</b>	<b>29.792</b>	<b>143.071</b>	<b>139.032</b>	<b>31.195</b>	<b>49.057</b>

#### 35.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação societária	
	2009	2008
<b>Consumidores</b>		
Residencial	6.133	-
Industrial	8.028	-
Comercial	2.596	-
Rural	1.233	-
Poder público	169	-
Iluminação pública	914	-
Serviço público	233	-
Subsidio baixa renda	44	-
Renda não faturada	257	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.607</b>	

#### 35.3 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação societária	
	2009	2008
Uso de redes compartilhado	379	300
<b>TOTAL</b>	<b>379</b>	<b>300</b>

### 35.4 Serviço taxado

	Legislação societária	
	2009	2008
Taxa de religação	81	93
2º via de faturas	26	19
Aferição de medidor	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>	<b>114</b>

## 36 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

### 36.1 Impostos

	Legislação societária	
	2009	2008
ICMS	10.149	9.942
PIS-PASEP	38	42
COFINS	177	196
<b>TOTAL</b>	<b>10.364</b>	<b>10.180</b>

### 36.2 Encargos do Consumidor

	Legislação societária	
	2009	2008
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	341	324
Programa de Eficiência Energética - PEE	338	176
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.294	1.049
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.114	1.237
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	230	251
<b>TOTAL</b>	<b>3.317</b>	<b>3.037</b>

### 36.3 Devoluções

	Legislação societária	
	2009	2008
Residencial	130	130
Industrial	211	306
Comercial	34	96
Rural	10	9
Poder Público	11	7
Iluminação Pública	165	355
<b>TOTAL</b>	<b>561</b>	<b>903</b>

## 37 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação societária	
	2009	2008	2009	2008
Celesc Distribuição S/A	159.907	151.977	22.028	22.001

### 38 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação societária	
	2009	2008
Celesc Distribuição S/A	2.963	-

### 39 DESPESAS OPERACIONAIS

#### Despesas de Pessoal:

	Legislação societária	
	2009	2008
Remunerações (incluídos diretores R\$ 303)	3.608	3.070
Encargos sociais	1.256	1.075
Auxílio alimentação	332	242
Convênio assistencial e outros benefícios	201	160
Roupas profissionais	88	23
Seguros	24	14
Auxílio Transporte	7	13
Transferência para ordens em curso	(172)	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.344</b>	<b>4.597</b>

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc.

### 40 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação societária	
	2009	2008
Receitas financeiras	1.155	1.242
(-) Despesas financeiras	332	583
<b>TOTAL</b>	<b>823</b>	<b>659</b>

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2009	2008
Receitas de aplicações financeiras	173	100
Juros recebidos	196	85
Encargos financeiros sobre energia	724	622
Ativo regulatório	-	435
Outras – Receitas financeiras	4	-
Variações monetárias - CVA	58	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.155</b>	<b>1.242</b>

Despesas financeiras	Legislação societária	
	2009	2008
Despesas bancárias	18	21
Outras despesas	27	127
Atualização Monetária	266	-
Ativo regulatório	-	435
Variações monetárias - CVA	21	-
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>	<b>583</b>

## 41 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Legislação societária	
	2009	2008
Receitas não operacional	502	721
(-) Despesas não operacionais	1.092	548
<b>TOTAL</b>	<b>(590)</b>	<b>173</b>

Receitas não operacionais	Legislação societária	
	2009	2008
Ganho na alienação de bens e direitos	26	351
Ganho na prestação de serviços	476	346
Outras	-	24
<b>TOTAL</b>	<b>502</b>	<b>721</b>

Despesas não operacionais	Legislação societária	
	2009	2008
Perda na desativação de bens	66	9
Donativos e contribuições	58	80
Perda na prestação de serviços	879	445
Outras	89	14
<b>TOTAL</b>	<b>1.092</b>	<b>548</b>

54

## 42 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação societária	
	2009	2008
Associados	45.200	42.832
Não associados	6.090	6.639
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>51.290</b>	<b>49.471</b>

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2009 foi negativo em R\$ (110), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

## 43 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

## 44 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários. Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários. Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Bradesco S/A a todos os colaboradores. Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante. Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Banco do Brasil no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas em Lei. Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ergomedicinal. Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

## 45 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

55

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

## 46 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	Varias	1.289

## 47 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (\*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada. (\*) Informações examinadas pelos auditores independentes.

## 48 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A Cooperaliança atua somente na atividade de distribuição de energia elétrica, portanto desnecessária a segregação por atividade.

## 49 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

### 49.1 CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são classificados como:

**Ativos Financeiros**, tendo como categorias: (I) empréstimo e recebíveis, (II) mensurados ao valor justo contra resultado, (III) mantidos até o vencimento e, (IV) disponíveis para venda.

A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: I. Empréstimo e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos

financeiros são registrados ao custo histórico pelo método de custo amortizado. A cooperativa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (I) consumidores, e (II) outros créditos a receber. (II). Mensurados ao valor justo contra resultado: São os ativos financeiros que sejam (I) mantidos para negociação para curto prazo, (II) designados a fim de se obter informação contábil mais relevante ou derivativo. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a cooperativa tem, classificados nesta categoria, são disponibilidades e aplicações financeiras. (III). Mantidos até o vencimento: correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definitivos e para os quais a cooperativa tem a intenção de manter o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Cooperativa não possui ativos financeiros classificados na categoria. (IV). Disponíveis para venda: referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em qualquer classificação acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício.

56

**Passivos financeiros**, tendo como categorias: (I) mensurados ao valor justo contra resultado e, (II) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios: I. Mensurados ao valor justo contra resultado: são os passivos financeiros que sejam (I) mantidos para negociação de curto prazo, (II) designados a fim de se obter informação contábil mais relevante ou derivativo. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício. A cooperativa não possui passivos financeiros classificados nesta categoria. II. Não mensurados ao valor justo contra resultado: são os passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima.

Os passivos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (I) fornecedores, (II) empréstimos e financiamentos, (III) encargos de dívida, outras contas a pagar. Considerações sobre riscos: os negócios da cooperativa compreendem, principalmente, distribuição e comercialização de energia elétrica.

## 49.2 FATORES DE RISCO

Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** A Cooperativa está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu que lhe é repassada pela supridora. O mecanismo de compensação – CVA protege as empresas de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

**Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da cooperativa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pela sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Fornecida pela supridora Celesc Distribuição S/A que pode, em função de seus contratos de compra, em momentos não possuir disponibilidade para atender o crescimento de demanda da cooperativa.

## 49.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A cooperativa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e

**Cooperaliança – Cooperativa Aliança “Energia para o Desenvolvimento”**

rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos, inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar às políticas e procedimentos estabelecidos, a cooperativa utiliza-se de sistema de *software* tendo condições de calcular os riscos dos instrumentos e verificar se estão aderentes às políticas, cabendo correções, se necessário.

**Valorização dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

## 50 EVENTOS SUBSEQUENTES

57

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT.
- Contração de financiamento para construção da subestação de 69KV. Junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, no valor de 11,36 milhões, com vencimento em 15/04/2020.
- Resolução normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, que: “Institui a contabilidade regulatório e aprova alterações no manual de contabilidade do setor elétrico, instituído pela resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

---

**Pedro Deonizio Gabriel**  
*Presidente*

---

**Severiano Antônio Valentim**  
*Secretário*

---

**Daniel Zanolli Vieira**  
*Contador CRC SC.030661/P-1*

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº 20, REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, Realizada aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dez, com parecer das demonstrações contábeis e financeiras de dois mil e nove, reuniram-se na sede da Cooperativa Aliança sito a Rua: Ipiranga, 333 no centro de Içara - SC, às dezessete horas os membros do Conselho Fiscal efetivos: O coordenador Quintino Pavei, Vidal da Silva dos Santos e Hilário Dalmolin, e os suplentes Anair Sartor Calegari, Antonio Gomes Magagnin e Antonio Albertino Mazzuchello, para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Demonstração das sobras, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, Relatório da diretoria, Demonstrativo estatístico e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e nove a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que após exames detalhados dos documentos e trabalhos executados durante o ano de dois mil e nove, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da Cooperativa e ainda reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para vinte e seis de março de dois mil e dez, cujo edital de convocação está sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social, somos de parecer favorável, no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar o coordenador do Conselho Fiscal Quintino Pavei deu por encerrada a reunião da qual eu, Vidal da Silva dos Santos, secretário lavrei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do Conselho Fiscal.

Esta ata é cópia fiel do livro de atas do conselho fiscal nº. 03 folhas 79 v e 80.

Içara - SC, 24 de Março de 2010.

---

QUINTINO PAVEI  
Coordenador

---

VIDAL DA SILVA DOS SANTOS  
Secretário

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.  
Diretores, Conselheiros e Associados da  
**COOPERATIVA ALIANÇA**  
Içara - SC

59

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da **COOPERATIVA ALIANÇA**, levantado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos períodos findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA**, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.
- 4) Com a vigência da Lei Nº 11.638/07, MP 449/08 e Lei Nº 11.941/09, as demonstrações contábeis sofreram alterações a fim de atender ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. As alterações definidas até o encerramento do exercício de 2009, quando aplicáveis, foram e/ou serão implementadas até o encerramento do exercício de 2010, conforme divulgado na nota explicativa 03.

Criciúma, 25 de março de 2010.

**MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
-CRICIÚMA  
CRC/SC-006351/O

JORGE EYNG

CONTADOR CRC-RS Nº 33.757/O-5 TSC

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### BALANÇO SOCIAL – 2009

Responsabilidade Social é muito mais do que gestos episódicos de filantropia motivados por considerações de *marketing* ou relações públicas. É mais do que garantir que o produto da concessionária seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios. Para a concessionária, comprometer com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobre tudo, uma atitude pró-ativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as chagas sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da concessionária, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Como veremos à seguir, tendo equacionado as questões sociais mais graves nos municípios em que atua a concessionária, se volta agora para ampliar sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nossa população.

60

### ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

### PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

**Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental** - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2009, a concessionária executou amplo programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

**Redes Protegidas ou Linha Verde** - Redes Protegidas, ou Linha Verde, é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 1 Km de rede protegidas.

### FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

**Doações do Fates** – O Estatuto Social da concessionária, em seu art. 46º, obriga a cooperativa constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício e os resultados das operações com não associados em sua totalidade. No exercício de 2008, o valor total foi de R\$ 393.550,17 (trezentos e noventa e três mil quinhentos e cinquenta reais e dezessete centavos), que por determinação da Assembléia Geral Ordinária, de 27 de março de 2009, beneficiaram diversas entidades que estão relacionadas no quadro a seguir: R\$ 58.950,00 (cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta reais), ao Fundo Social, à disposição do Conselho de Administração para cumprir programas sociais.

Entidades	Valor
Fundação Social Hospitalar de Içara	44.000,00
Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara	21.000,00
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara	15.000,00
EFIAS – Entidade Feminina de Assistência Social	2.000,00
Associação Cidadania em Ação	1.000,00
Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara	1.000,00
Associação Beneficente Esperança a Quem Necessita	1.000,00
Associação Comunitária Teatral Doutores da Paz	1.000,00
Associação Beneficente Família Feliz	2.000,00
Associação Coral Balneário Rincão	1.000,00
GIIV – Grupo Içara de incentivo a Vida	1.000,00
AREM – Associação Recreativa Esportiva Milenium	2.000,00
Grupo de Canto da Fé Estrela Guia	1.000,00
União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde	1.000,00
Grupo Folclórico La Montanara	1.000,00
UACI – União das Associações Comunitárias de Içara	1.000,00
Associação Beneficente das Mulheres Voluntarias do Mirassol Balneário Rincão	2.000,00
Associação do Movimento da Consciência Negra Chico Rosa	1.000,00
Associação Beneficente Amor e Ação	1.000,00
AMОВI – Associação Amor a Vida	1.000,00
Associação Coral Sol Nascente	1.000,00
Associação Coral Infantil Estrelas do Amanhã	1.000,00
Associação de Bombeiros Comunitários de Içara	3.000,00
Associação Beneficente Berço dos anjos	2.500,00
Associação Coral de Içara	1.000,00
Associação de Artesões Frutos da nossa Praia Rincão	1.000,00
Centro de Recuperação Vida Jovem	1.000,00
Associação dos Aposentados e Pensionistas de Içara	1.000,00
ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento Recreativo Assistencial	1.000,00
Associação Nosso Deus	1.000,00
APACRI – Associação dos Amigos da Pastoral da Criança	1.500,00
Clube de pais e Amigos de Içara	1.000,00
Colônia de pescadores Z – 33 Balneário Rincão	1.000,00
Instituto Desafio Jovem da Última hora	1.000,00
Pastoral da Esperança	1.000,00
Pastoral das Samaritanas do hospital São Donato	1.000,00
Pastoral Social Paróquia São Donato	1.000,00
Pastoral Vocacional paróquia São Donato	1.000,00
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas	2.000,00
Pastoral Familiar São Donato	1.000,00
Fundo Social (à disposição do Conselho de Administração p/ cumprir programas sociais).	57.550,17
Capacitação dos Funcionários	60.000,00
Projeto de Expansão da Sede Social da Cooperaliança	150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>393.550,17</b>

## PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa anualmente seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D -, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000, Lei nº 10.438/2002, Lei nº 10.848/2004 e Lei nº 11.465/2007.

A legislação, pertinente ao assunto, determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar 0,5% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 316/2008 da ANEEL, aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e estabelece demais providências relativas ao P&D.

Um dos objetivos do Programa de P&D é a elaboração de projetos pautados pela busca de inovações, para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica.

No ano de 2009 tivemos a conclusão do protótipo para redução das perdas elétricas no processo de acionamento de lâmpadas dos sistemas de iluminação da rede pública, através da substituição dos atuais elementos internos por novos componentes com maior eficiência energética, em especial um comutador de corrente (relé biestável) que opera com menores correntes nominais e que possui perdas elétricas menores.

O valor investido no projeto foi de R\$ 50 mil reais.

## PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

**Atendimento a Comunidade de Baixa Renda** – O projeto baseia-se na doação de LFC's para substituição de lâmpadas incandescentes de 60W e 100W, sendo que serão distribuídas e instaladas 1.200 lâmpadas de LFC's de 15W/200V e 1.200 lâmpadas de LFC's de 20W/200V, com selo PROCEL/INMETRO, totalizando 2.400 unidades, atendendo a 600 unidades consumidoras, e na doação de refrigeradores (de uma porta) novos e eficientes, em substituição de refrigeradores velhos ou em péssimo estado de conservação, sendo que serão distribuídos 170 refrigeradores possuidores do selo PROCEL/INMETRO, categoria "A", e na conscientização dos consumidores quanto ao uso seguro e racional da energia elétrica, através do repasse de orientações e entrega de folders e cartilhas. Prazo de execução será no início de 2010.

**Tarifa social** - Os consumidores residências monofásicos, com consumo médio de até 80 quilowatts/hora por mês, têm direito a participar do programa de benefício da tarifa residencial baixa renda na forma estabelecida pela resolução nº 246 de 30/04/2002, com desconto na conta de luz por faixa de consumo. Os descontos podem variar de 20% a 30% em relação ao valor da tarifa normal. Outra forma de pleitear a tarifa de Baixa Renda é através da apresentação de cartões de benefício sociais, tais como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale gás (Programas Sociais do Governo Federal). Além de apresentarem consumo médio mensal de até 220 KW/H mês, conforme estabelece a resolução nº 485 de 29/08/2002.

**Programa de estagiários** - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2009 foram contemplados 01 estagiário.

## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2009

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

			2009		2008	
			R\$ mil		R\$ mil	
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)			37.048			35.351
Sobra Operacional (SO)			432			2.958
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			5.337			4.597
			2009		2008	
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
<b>Alimentação</b> - Auxílio alimentação e outros	332	6,22	0,90	242	5,26	0,68
<b>Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS</b>	1.256	23,53	3,39	1.075	23,38	3,04
<b>Saúde</b> - Convênio assistencial e outros benefícios	201	3,77	0,54	160	3,48	0,45
<b>Seguro de vida</b>	24	0,45	0,06	14	0,30	0,04
<b>Roupas Profissionais e transporte</b>	95	1,78	0,26	36	0,78	0,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.908</b>	<b>35,75</b>	<b>5,15</b>	<b>1.527</b>	<b>33,20</b>	<b>4,31</b>
			% sobre			% sobre
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Doações e contribuições	58	1,43	0,16	80	2,70	0,23
<b>Total de contribuições para a sociedade – ICMS</b>	<b>10.149</b>	<b>2.349</b>	<b>27,39</b>	<b>9.942</b>	<b>336</b>	<b>28,12</b>
<b>Tributos - excluídos encargos sociais</b>	<b>215</b>	<b>49,77</b>	<b>0,58</b>	<b>238</b>	<b>8,05</b>	<b>0,67</b>
<b>Tributos – PIS</b>	<b>38</b>	<b>8,80</b>	<b>0,10</b>	<b>42</b>	<b>1,42</b>	<b>0,12</b>
<b>Tributos – COFINS</b>	<b>177</b>	<b>40,97</b>	<b>0,48</b>	<b>196</b>	<b>6,63</b>	<b>0,55</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.422</b>	<b>2.400,20</b>	<b>28,13</b>	<b>10.260</b>	<b>346,75</b>	<b>29,02</b>
			% sobre			% sobre
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	230	53,24	0,62	251	8,49	0,71
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	338	78,24	0,91	176	5,92	0,50
<b>TOTAL</b>	<b>568</b>	<b>131,48</b>	<b>1,53</b>	<b>427</b>	<b>14,41</b>	<b>1,21</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2009

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

64

	2009	2008
	Em unidades	Em unidades
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>		
<b>Empregados no final do período</b>	108	102
<b>Escolaridade dos empregados</b>		
Superior e extensão universitária	38	31
2º grau	41	28
1º grau	29	43
<b>Faixa etária dos empregados</b>		
Abaixo de 30 anos	32	31
De 30 até 45 anos (exclusive)	41	40
Acima de 45 anos	35	31
<b>Admissões durante o período</b>	08	11
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	22	21
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	9,00	9,52
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	20,00	50,00
<b>Negros que trabalham na empresa</b>	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
<b>Portadores de deficiência física</b>	2	2
<b>Dependentes</b>	163	159
<b>Estagiários</b>	1,00	-
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	7.570,75	7.602,14
<b>Acidentes de trabalho</b>	2	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2009 e 2008 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembléia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **26 de março de 2010**, nas dependências da sede Social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social – às **16:30** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **17:30** horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às **18:30** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

#### **ORDEM DO DIA**

- 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2009**, compreendendo:
  - a)- Relatório da Gestão;
  - b)- Balanço Patrimonial;
  - c)- Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
  - d)- Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2009.
- 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal **período 2010**.
- 4) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimento para o exercício de 2010.
- 6) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES.
- 7) Assuntos Gerais.

#### **Observações:**

- a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **31.145** associados.
- b) A Assembléia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **27/03/2010** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes do item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **27/03/2010**.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às **17:30** horas do dia **16/03/2010**.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **11/03/2010**, na sede Social e através da internet no site [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br).
- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **27/03/2010** não habilitam os associados a exercer direito de voto.
- l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **26/03/2010**, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria.

Içara, SC, 12 de fevereiro de 2010.

**PEDRO DEONIZIO GABRIEL**  
Presidente

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

**CNPJ: 83.647.990/0001-81**

**NIRE: 42.4.0000375-3**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**, realizada aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano 2.010 (dois mil e dez), na sede social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211 (duzentos e onze), nesta cidade em terceira e última convocação, às 18:30 (dezoito e trinta) horas, com a presença de 480 (quatrocentos e oitenta) associados, conforme assinaturas apostas no livro de presença, dos quais 423 (quatrocentos e vinte e três) aptos a votar. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **26 de março de 2010** (dois mil e dez), nas dependências da sede Social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211 (duzentos e onze), nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social – às **16:30** (dezesseis e trinta) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados, às **17:30** (dezessete e trinta) horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às **18:30** (dezoito e trinta) horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1) (primeiro) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2009** (dois mil e nove), compreendendo: a)- Relatório da Gestão; b)- Balanço Patrimonial; c) - Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; d)- Parecer do Conselho Fiscal. 2) (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2009 (dois mil e nove) 3) (terceiro) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal **período 2010** (dois mil e dez). 4) (quarto) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. 5) (quinto) Plano de Investimento para o exercício de 2010 (dois mil e dez). 6) (sexto) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES. 7) (sétimo) Assuntos Gerais. **Observações:** a) Para efeito de verificação de "quorum" a Cooperativa possui **31.145** (trinta e hum mil cento e quarenta e cinco) associados. b) A Assembleia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **27/03/2010** (vinte e sete de março de dois mil e dez) (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. c) As eleições constantes do item 03 (terceiro), deste edital, terão início às 08:00 (oito) horas e se encerrarão às 17:00 (dezessete) horas do dia **27/03/2010** (vinte e sete de março de dois mil e dez). d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar. e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até as **17:30** (dezessete e trinta) horas do dia **16/03/2010** (dezesseis de março de dois mil e dez). f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 (trinta e hum) do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. g) Os documentos a serem apreciados no item 01 (hum) da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **11/03/2010** (onze de março de dois mil e dez), na sede Social e através da internet no site [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br). h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **27/03/2010** (vinte e sete de março de dois e dez) não habilitam os associados a exercer direito de voto. l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **26/03/2010** (vinte seis de março de dois mil e dez), deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria. **Içara, SC, 12 (doze) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez).** *Pedro Deonizio Gabriel.* Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o presidente Pedro Deonizio Gabriel cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os Srs. **Juscelino Dagostim**, Vice-presidente, **Severiano Antonio Valentim**, Secretário, **Quintino Pavei**, Coordenador do Conselho Fiscal, **Tarcisio Lima**, Gerente Administrativo, **Sílvio Viana**, representante do prefeito municipal, **Acirton Costa**, Presidente da Câmara Municipal e **Jair de Stefani**, Presidente do Sindicato Rural de Içara. Logo após o presidente solicitou à assembleia a aprovação do nome do Sr. Tarcisio Lima para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade dos

**Cooperaliança – Cooperativa Aliança "Energia para o Desenvolvimento"**

presentes. Em seguida, o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata, bem como da carta circular expedida aos associados, e apresentou exemplar do jornal Içarense, jornal Agora e do Jornal Gazeta todos do dia 12 (doze) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez), comprovando a divulgação prevista no estatuto social. Iniciando os trabalhos, solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **primeiro item** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação, o presidente solicitou ao Sr. Vidal da Silva Santos, secretário do Conselho Fiscal, que fizesse a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas. Lido o parecer opinando pela aprovação das contas, o presidente abriu espaço para perguntas e debates sobre as contas, não tendo havido manifestações. Ato contínuo, o presidente solicitou à assembléia que definisse a forma de votação de todos os itens da ordem do dia, determinando os presentes que as votações fossem realizadas a descoberto. Para presidir a votação deste item primeiro, o presidente solicitou à assembléia que elegeisse um associado, tendo a escolha recaído sobre o Senhor Sílvio Viana que, assumindo a presidência da assembléia, colocou em votação as contas do exercício de 2.009 (dois mil e nove), que foram aprovadas por unanimidade de votos. Retornando à direção da assembléia, o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **item segundo** da ordem do dia, que se refere à destinação das sobras do exercício de 2.009 (dois mil e nove) no valor de R\$ 271.580,81 (duzentos e setenta e hum mil e quinhentos e oitenta reais e oitenta e hum centavos). Após debate, a assembléia aprovou por unanimidade a destinação de R\$ 271.580,81 (duzentos e setenta e hum mil e quinhentos e oitenta reais e oitenta e hum centavos), ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição. O secretário fez a leitura do **item terceiro** da ordem do dia no que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho fiscal. Informou que houve a apresentação de chapa única com os seguintes membros: **Conselho Fiscal – Efetivos: Quintino Pavei**, matrícula 6.342; **Joel Manoel Goullart**, matrícula 15.268; **Emanuel Gislon dos Santos Moreira**, matrícula 33.519; **Conselho Fiscal Suplentes: Aparecida Ronconi Sartor**, matrícula 24.958; **Miguel Estacilio Réus**, matrícula 26.717; **Alexandre de Souza**, matrícula 19.969. Informou, ainda, que a chapa foi apresentada cumprindo as determinações estatutárias, todos os candidatos apresentam as declarações exigidas por lei e expressam sua concordância em participar da chapa apresentada pelo associado **Sr. Quintino Pavei**. O presidente informou a todos que o Conselho de Administração, em reunião ordinária, homologou os nomes a serem submetidos à apreciação da assembléia e pediu que os presentes se manifestassem quanto a eventuais impedimentos, para providências de exclusão e substituição dos membros. Não tendo havido manifestação, a chapa apresentada foi aprovada por unanimidade pela assembléia para ser votada no dia 27 (vinte e sete) de março de 2.010 (dois mil e dez) no período compreendido entre 8:00 (oito) e 17:00 (dezessete) horas e, se eleita, empossada após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no **item terceiro** do edital de convocação. Em seguida, o presidente solicitou ao Secretário que fizesse a leitura do **item quarto** da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi apresentada pelo associado Sr. Vamilson Manoel Pacheco proposta de manutenção dos valores fixados na assembléia de 27 (vinte e sete) de março de 2.009 (dois mil e nove), que foi aprovada, ficando, portanto, fixados os seguintes valores: R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinqüenta reais) de pró-labore ao presidente; b) R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões ordinárias dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC. A assembléia determinou, ainda, que as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Delegados junto à FECOERUSC não serão remuneradas. Retomando a condução da assembléia, o presidente Pedro Deonísio Gabriel solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **item quinto** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.010 (dois mil e dez). Foi apresentado o plano que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.009 (dois mil e nove) e que prevê a aplicação de R\$ 1.266.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil reais). Esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi lido o **item sexto** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do FATES. Foi apresentada a prestação de contas da aplicação do FATES no exercício de 2.009 (dois mil e nove), bem como a proposta de aplicação no exercício de 2.010 (dois mil e dez). Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a prestação de contas de aplicação do FATES em 2.009 (dois mil e nove) e foi aprovado o plano de aplicação do FATES para o exercício de 2.010 (dois mil e dez) destinando-se o total do FATES de 38.797,26 (trinta e oito mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos) para Programas sociais e capacitação e treinamento de funcionários, à disposição do Conselho de Administração. O secretário realizou a leitura do **item sétimo** que estabelece a discussão de assuntos gerais. O associado Sr. Valmor Rosso fez uso da palavra, pedindo que o



Conselho de Administração desse início à obra da sede social, cuja construção foi aprovada na assembléia de 27 (vinte e sete) de março de 2.009 (dois mil e nove). Em seguida, o associado Eloi Ramos Borges também fez uso da palavra pedindo a “despolitização da cooperativa”, ou seja, que não houvesse mais influência política na composição das chapas, pois se trata de uma cooperativa. O presidente agradeceu aos presentes comunicando que a assembléia continua em aberto até as 17:00 (dezesete) horas do dia 27 (vinte e sete) quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 496 (quatrocentos e noventa e seis) associados e apurou-se o seguinte resultado para a chapa única: 489 (quatrocentos e oitenta e nove) votos a favor; 04 (quatro) votos em branco; 03 (três) nulo. O total de votantes coincide com o número de votos apurados registrado em relação apropriada contendo as assinaturas dos votantes. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados os membros do conselho fiscal integrantes da chapa única, para o período 2010/2011: **Conselho Fiscal – Efetivos: Quintino Pavei**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 6/R 181.942, expedida pela SSP-SC, CPF 179.386.279-68, residente e domiciliado na Rua Cel. Marcos Rovaris, nº. 1.440, Bairro Primeiro de Maio, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820–000; **Joel Manoel Goulart**, brasileiro, casado, motorista, portador da cédula de identidade nº 1.909.406, expedida pela SSP-SC, CPF 625.891.999-53, residente e domiciliado Rua: Antonio Guglielmi, s/n, Bairro Jardim Elizabeth, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820–000; **Emanuel Gislon dos Santos Moreira**, brasileiro, casado, Assistente Administrativo, portador da cédula de identidade nº 4.385.675, expedida pela SSP-SC, CPF 044.037.109-05, residente e domiciliado na Rua Donato Valvassori, s/n, Bairro Centro, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820–000; **Conselho Fiscal Suplentes: Aparecida Ronconi Sartor**, brasileira, solteira, professora, portador da cédula de identidade nº 6/R 3.389.254-8, expedida pela SSP-SC, CPF 036.153.369-17, residente e domiciliado na estrada geral Espigão, s/nº, Bairro Espigão, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820–000; **Miguel Estacilio Réus**, brasileiro, casado, fiscal de obras, portador da cédula de identidade nº 6/R 1.930.020, expedida pela SSP-SC, CPF 559.074.829-15, residente e domiciliado na Rua João Marcolino Rabelo, 1244, Bairro Barracão, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820–000; **Alexandre de Souza**, brasileiro, casado, representante comercial, portador da cédula de identidade nº 1.937.370, expedida pela SSP-SC, CPF 594.595.149-87, residente e domiciliado na Rua Antonio Schiminski, nº 380, Bairro Presidente Vargas, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820–000. Os eleitos para o Conselho Fiscal declaram que: a) “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”, b) “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”, c) “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a assembléia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário pelo presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembléia. “Declaramos para fins de registro que o texto acima transcrito é copia fiel do contido no livro de atas nº. 03 das assembléias gerais da cooperaliança” às folhas nº 62v, 63, 63v, 64, 64v, 65, 65v, 66, 66v e 67.

Içara, SC, 27 (vinte e sete) de março de 2010.

**Pedro Deonizio Gabriel**  
Presidente

**Severiano Antônio Valentim**  
Secretário

## **PARTICIPAÇÕES**

### **Direção Geral e Produção**

Daniel Vieira - Contador

### **Supervisão**

Tarcisio Lima – Gerente Administrativo

### **Colaboração**

Edmilson Maragno - Departamento Técnico.

Janaina Barbosa Munaretto Pavei - Departamento Comercial

Valdirene Teixeira Cardoso – Departamento Financeiro

Cláudia Rosane Ronualdo Alexandrino - Departamento de Segurança do Trabalho

Tais Fernandes Pacheco – Departamento de Comunicação.

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos

Hesmezenrik Giordani Nunes – Consultoria Useall

### **Auditoria**

Müller Auditores Independentes S.S.

### **Roteiro Editorial e Conteúdo**

Lei nº 11.638/2007

Medida Provisória nº 449/08

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Ofício circular nº. 4.722/2009 de 18/12/2009 SFF/ANEEL.

Estatuto Social da Cooperaliança.

### **Agradecimentos**

Conselho de Administração

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software